República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE CAHORA BASSA

PROVÍNCIA DE TETE

Edição 2014

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.

Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direcção Nacional de Administração Local

Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em http://www.portaldogoverno.gov.mz

Índice

Prefácio v

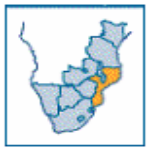
Siglas e Abreviaturas vii

1 Breve Caracterização do Distrito 1
1.1 Localização, Superfície e População 1
1.2 Clima e Hidrografia 1
1.3 Geologia 2
1.4 Relevo 3
1.5 Vegetação 3
1.6 Solos 4
1.7 Meio Ambiente 4
1.8 Recursos Naturais 5
1.9 Infra-estruturas 6
1.10 Economia e Serviços 7
1.11 História e Cultura 9
1.12 Sociedade civil 11

2 Demografia 12
2.1 Estrutura etária e por sexo 12
2.2 Traço sociológico 13
2.3 Analfabetismo e Escolarização 14

3 Habitação e Condições de Vida 16

4 Organização Administrativa e Governação 20
4.1 Governo Distrital 20
4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais 23
4.2.1 Secretaria Distrital 23
4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas 24
4.2.2.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural 24
4.2.2.2 Indústria, Comércio e Turismo 28
4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia 29
4.2.3.1 Educação 29
4.2.3.2 Cultura, Juventude e Desportos 32
4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social 33
4.2.4.1 Saúde 33
4.2.4.2 Acção Social 35
4.2.4.3 Género 37
4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas 40
4.2.5.1 Ordenamento Territorial 40
4.2.5.2 Gestão e Educação Ambiental 40
4.3 Finanças Públicas e Investimento 41
4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública 43
4.5 Constrangimentos e Perspectivas 45



5 Actividade Económica 47
5.1 População economicamente activa 47
5.2 Pobreza e Segurança Alimentar 50
5.3 Infra-estruturas de base 52
5.4 Uso e Cobertura da Terra 54
5.5 Sector Agrário 57
5.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo 57
5.5.2 Pecuária 58
5.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia 58
5.6 Indústria, Comércio e Serviços 59

6 Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local 60
6.1 Visão 60
6.2 Problemas e Oportunidades 60
6.3 Estratégia de desenvolvimento 61

Lista de quadros

Quadro 1. População por posto administrativo, 1/7/2012 12
Quadro 2. Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento 12
Quadro 3. Agregados familiares, segundo a dimensão 13
Quadro 4. Agregados familiares, segundo o tipo sociológico 13
Quadro 5. Distribuição da população, segundo o estado civil 13
Quadro 6. População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo 13
Quadro 7. População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português 14
Quadro 8. População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012 15
Quadro 9. Habitações segundo o regime de propriedade 16
Quadro 10. Tipo de habitações 16
Quadro 11. Habitações segundo o material de construção 17
Quadro 12. Habitações, água, saneamento e energia 19
Quadro 13. Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis 19
Quadro 14. Cobertura da rede pública de extensão 25
Quadro 15. Controlo de trânsito do gado (cabeças) 26
Quadro 16. População com 5 anos ou mais, e frequência escolar 29
Quadro 17. População de 5 anos ou mais, por nível de ensino 29
Quadro 18. Taxas de escolarização 30
Quadro 19. Escolas, alunos e professores, 2011 31
Quadro 20. População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído 32
Quadro 21. Unidades de saúde, camas e pessoal, 2011 34
Quadro 22. Indicadores de cuidados de saúde, 2011 34
Quadro 23. População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007 36
Quadro 24. População deficiente, 2007 36
Quadro 25. População portadora de deficiência, segundo a causa 36
Quadro 26. Número de pessoas vulneráveis assistidas, 2011 37
Quadro 27. Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais) 38

Quadro 28. Execução orçamental (em '000 MT) 42
Quadro 29. Projectos de iniciativa local financiados 42
Quadro 30. População segundo a condição de actividade 47
Quadro 31. População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007 48
Quadro 32. População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007 49
Quadro 33. Uso e Cobertura da Terra 56

Lista de figuras

Figura 1. População com 5 anos ou mais, por língua materna 14
Figura 2. Tipo de habitações 17
Figura 3. Habitações segundo o material de construção 18
Figura 4. Habitações e condições básicas existentes 18
Figura 5. População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado 30
Figura 6. População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído 32
Figura 7. Quadro epidémico, 2011 (nº de casos) 35
Figura 8. Indicadores de escolarização por sexos 38
Figura 9. População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo 39
Figura 10. População segundo a posição no trabalho e sexo 39
Figura 11. População com 15 anos ou mais, segundo a actividade 48
Figura 12. População activa, segundo a ocupação principal 49
Figura 13. População activa, segundo o ramo de actividade 50
Figura 14. Explorações segundo a sua utilização 56
Figura 15. Explorações por classes de área cultivada 57

Prefácio

Com 800 mil km2 de superfície e uma população de 25 milhões de habitantes, Moçambique enfrenta exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efetivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Assim sendo, o Distrito é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Contribuir para avaliar o potencial distrital, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação da versão actualizada dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando para cada distrito, no período que medeia 2009 a 2012 – a avaliação possível do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos de que este produto apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.

Efetivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de administração distrital ajustados às prioridades da região e ao quadro de desconcentração de competências de afectação de recursos públicos; e
- dotado de processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível local e central, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura e o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental. A todos os intervenientes e, em particular, aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução.

Ao PNUD e outros Doadores que, por via do Projecto de Descentralização e Desenvolvimento Local, apoiaram esta iniciativa, o nosso encarecido reconhecimento.

A finalizar, referir que estas publicações inserem-se no esforço continuado do Ministério da Administração Estatal através da sua Direcção Nacional de Administração Local, autora dos Perfis Distritais, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que façam chegar directamente a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

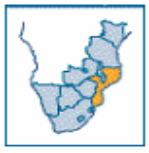
Maputo, 25 de Junho de 2014.

Carmelita Namashulua

Ministra da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

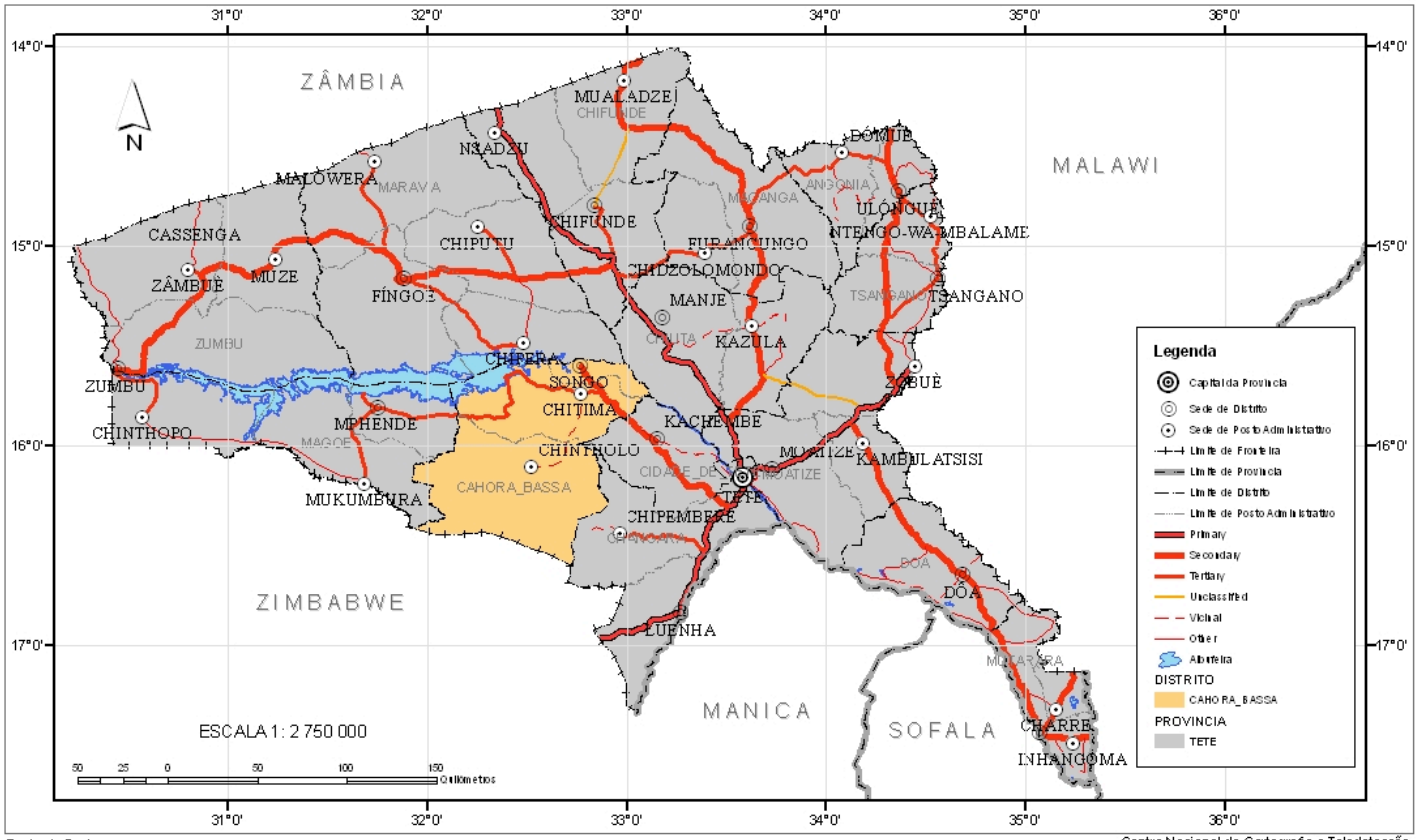
APEs	Agentes Polivalentes Elementares
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CDPRM	Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CGRN	Comité de gestão de recursos naturais
CISM	Centro de Investigação em Saúde da Malária
CL's	Conselhos Locais
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
COVs	Crianças Órfãs e Vulneráveis
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DTS	Doença de Transmissão Sexual
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
EN1	Estrada Nacional nº 1
EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau
EPC	Escola Primária Completa



ESG1	Ensino Secundário Geral do 1º ciclo
ESG2	Ensino Secundário Geral do 2º ciclo
ET	Ensino Técnico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GD	Governo Distrital
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
IFP	Instituto de Formação de Professores
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC's	Instituições de participação e consulta comunitária
ITS's	Infecções de Transmissão Sexual
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério da Administração Estatal
Mcel	Moçambique Celular
MF	Ministério das Finanças
MINAG	Ministério da Agricultura
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORAM	Organização de Ajuda Mútua
PA	Posto Administrativo
PARPA	Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PRM	Polícia da República de Moçambique

PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água
SD	Secretaria Distrital
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
STV	Soico Televisão
TDM	Telecomunicações de Moçambique
VODACOM	Operadora de telefonia móvel

MOÇAMBIQUE
Província de Tete
Mapa de Localização do Distrito de Chora Bassa



Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Cahora Bassa

PÁGINAx

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Cahora Bassa localiza-se no Centro-Sul da província de Tete, sendo limitado a Norte pelos Distritos de Marávia e Chiuta, a Este pelo Distrito de Changara, a Sul a República do Zimbabwe e a Oeste o Distrito de Mágoè.

A superfície do distrito[1] é de 8.878 km^2 e a sua população está estimada em 109 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 12,3 hab/km^2, prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 155 mil habitantes.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (46%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 98% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 98 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 31%, concentrada na Vila de Songo e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

1.2 Clima e Hidrografia

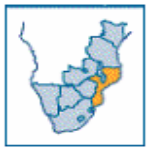
O clima é predominantemente do tipo "Seco de Estepe com Inverno Seco - BSw" (classificação de Köppen), modificado localmente pela altitude, com duas estações distintas, a estação chuvosa (muito curta) e a seca (muito longa). A precipitação média anual na estação mais próxima (Chicôa) é cerca de 635 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual está na ordem dos 1.623 mm.

A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Dezembro de um ano a Fevereiro do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano, e a temperatura média está na ordem dos 26.1ºC. As médias anuais máxima e mínima são de 34.1 e 18.1ºC, respectivamente.

A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação nestas regiões provocando deficiências de água para o crescimento normal das plantas (culturas).

Cahora Bassa é definido principalmente pelas bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Chirodze, Daque, Messanângua e Sacoke. A Bacia Hidrográfica do rio Zambeze ocupa em

[1] Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção **http://www.cenacarta.com**



Moçambique uma área de cerca de 140.000Km², abrangendo totalmente a província de Tete e parte das províncias da Zambézia, Manica e Sofala.

A rede de drenagem natural é constituída fundamentalmente pelo rio Guto, ribeira de carácter torrencial que atravessa o planalto no sentido NE-SW, recebendo as águas de seus tributários, três em cada margem.

O sistema de drenagem apresenta nítidos sinais de terrencialidade com formação de leitos relativamente encaixados, frequentemente ravinados, onde os declives são mais acentuados. A linha de água principal, atingindo uma zona de menor declive forma um leito mal definido, permitindo a formação de depósitos coluviais.

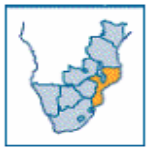
1.3 Geologia

Songo situa-se na região sul-oriental de África e o principal sistema sismo-tectónico que atravessa o continente africano (rifts da África Oriental) tem influenciado a evolução geológica desta parte do continente.

Trata-se do maior sistema rift continental, ao qual estão associados geneticamente um conjunto numeroso de lagos naturais, vulcanismo ultra-alcalino (nefelinitos, ijolitos e carbonatitos) e fluxos térmicos de média e alta-entalpia (fumarolas, sulfataras e nascentes termais). A Norte do Lago Niassa divide-se em dois ramos, o oriental e o ocidental, constituindo um conjunto de grabens onde se instalaram numerosos lagos. Os aspectos geomorfológicos e estruturais relacionam-se com o estilo tectónico que tem estado na origem e desenvolvimento destes grabens.

Próximo da barragem, a seguir à foz do rio Nhacanzira, o rio Zambeze escavou um canhão no vale apertado, ainda jovem, em formações pertencentes ao precâmbrico superior. Trata-se de rochas predominantemente granito-gnaissicas e graníticas, onde ocorrem em locais de reduzida expressão afloramentos de rochas grabo-dioríticas e granulitos.

As rochas com maior expressão local são as de tendência granítica, que incluem granitos com amplas características petrográficas, apresentando, frequentemente, disposições orientadas dos minerais, por vezes francamente gnaissica. Predominam os granitos e gnaisses de tendência porfiroide e porfiroblástica constituídos, fundamentalmente por feldspato e quartzo, aquele, por vezes, em tom rosado.



Ter-se-ão processado na região três fases tectónicas que terão dado origem a três sistemas distintos de feições estruturais, nomeadamente falhas, diáclases e outros tipos de alinhamentos não caracterizados.

1.4 Relevo

O Planalto da Serra do Songo desenvolveu-se na direcção Leste-Oeste a uma altitude média de 900 metros. Rodeado a Sul, Este e Oeste por uma cintura de montes que atingem altitudes superiores a 100 metros, de vertentes frequentemente muito declivosas, desde rapidamente no seu bordo Norte para formar a garganta de Cahora Bassa.

O seu relevo é pouco uniforme e podemos distinguir uma zona central de relevo mais desenvolvido com afloramentos rochosos frequentes e uma zona envolvente de relevo irregularmente ondulado, com afloramentos rochosos mais localizados, por vezes importantes, que se prolongam pela vertente menos declivosa da cadeia de montanhas envolventes, formando, assim, pequenos planaltos secundários.

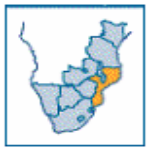
1.5 Vegetação

Embora os recursos do planalto sejam limitados, a presença da população, cuja base económica é a agricultura e pecuária de subsistência, provocou a degradação do meio que se reflecte pela pobreza de cobertura vegetal existente e pelos sinais evidentes de erosão que se verificam em diversos locais, especialmente nos leitos e ribeiras e na zona central do planalto.

Assim nas zonas baixas "tando" que se formam ao longo da margem esquerda do rio Guto, as más condições de drenagem natural, determinam a formação de um estrado graminoso com poucas espécies arbustivas ou arbóreas.

Fora desta zona, todo o planalto seria coberto por densa vegetação arbórea de grande riqueza florística, interrompida apenas pelos afloramentos rochosos naturais. Pode-se ainda observar, em alguns locais mais abrigados, testemunho dessa cobertura florestal idêntica à densa vegetação que cobre algumas vertentes da própria serra do Songo.

A população destruiu essa protecção vegetal e, em consequência, o solo desabrigado ficou sujeito a erosão que provocou o aparecimento, à superfície, de numerosos afloramentos



rochosos subjacentes e a formação de um processo de erosão bem desenvolvido na zona central do planalto e nas vertentes envolventes.

Assim, a cobertura vegetal do planalto é agora muito pobre e de pequena riqueza florística que não oferece protecção adequada.

1.6 Solos

Os solos do planalto do Songo seguem, na sua formação, a lei geral dos solos tropicais em "catena", diferenciando-se pela cor e textura segundo a topografia a partir do mesmo material originário.

Assim, localizam-se nas baixas solos cinzentos com horizontes "grey" ricos em matéria orgânica, húmidos, de textura ligeira e fraca estrutura, seguindo-se com o aumento de declive solos amarelos, laranja ou alaranjados e finalmente vermelhos, progressivamente com melhor textura e melhor estruturados.

Os solos acinzentados de fraca aptidão agrícola ocorrem na zona plano-côncava do "tando" referenciado como consequência de uma má drenagem natural.

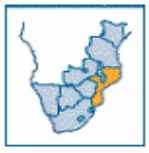
Os restantes agrupamentos de solos estariam bem representados no planalto, embora condicionados pelo relevo, mas a ocorrência de um processo de degradação florística e edáfica mascarou a seriação definida, salientando numerosos afloramentos rochosos que inicialmente estariam cobertos por solo de melhor aptidão.

Assim, na zona do planalto de relevo suave devem ter maior representação os solos amarelos e laranja de relativamente boa aptidão agrícola estando os solos amarelos e avermelhados de melhor aptidão confinados às vertentes de declive médio.

Como foi referido, há ainda no troço inferior do sistema de drenagem do planalto uma pequena mancha de solos coluviais que se desenvolve ao longo da linha de água principal.

1.7 Meio Ambiente

A persistência de práticas culturais como queimadas, desflorestação, etc., são factores que de forma directa afectam a saúde ambiental do distrito. Isto aliado à característica dos solos que provocam erosão profunda quando da ocorrência de chuvas intensas, sobretudo nas zonas com declives acentuados, diminuindo progressivamente a chance de fixação de espécies vegetais até ao seu quase total desaparecimento.



A elevada declividade do terreno, principalmente na região do Songo e Dzundza, não permite a retenção de grandes quantidades de água, conduzindo ao desenvolvimento de um coberto vegetal muito esparso, predominante arbustivo, de tipo savana, com algumas árvores de maior porte dispersas.

Com a eclosão da guerra civil, houve uma maior concentração populacional na Vila do Songo e em Chitima, exercendo grande pressão sobre os recursos naturais que provocam problemas de desflorestação e consequente degradação dos solos através da erosão.

Outros problemas ambientais mais graves nos dois centros urbanos de Chitima e Songo são a poluição da água (rio Nsanangué); uma erosão progressiva ao longo do rio Nsanangué com maior incidência na povoação de Cawira; no caso vertente de Chitima, a população e os animais coabitam no mesmo espaço, partilham a mesma fonte de água, existe abundância de lixo e deficiente saneamento do meio.

A prática da agricultura em locais impróprios (encostas das montanhas) e o fluxo de pessoas nos dois centros urbanos (Songo e Chitima), à procura de emprego e refúgio no tempo da guerra ora finda, são mais outro peso ambiental, já hoje testemunhado com a proliferação de áreas de ocupação espontânea.

Um outro problema ambiental que poderá desenvolver-se na albufeira é o jacinto de água, embora não afecte a área de produção da HCB.

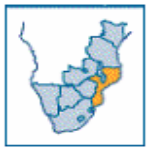
O combate ao jacinto de água foi previsto na altura da concepção da barragem, tendo sido erguidos pontos de estancamento para impedir o acesso à barragem. Existem hoje práticas de combate e controlo, entre outras, que recorrem à sua colheita e uso como adubo.

Os principais problemas ambientais que o Distrito enfrenta são a erosão, o deficiente saneamento do meio, o sobrepastoreio, as queimadas descontroladas, a desflorestação, a caça furtiva, a ocupação desordenada do espaço e a garimpagem ilegal.

A abundância de crocodilos e outros conflitos, tais como hipopótamos, tem criado perigo na movimentação de pessoas e na produção de bens alimentares.

1.8 Recursos Naturais

O distrito de Cahora Bassa é constituído por uma diversidade de espécies florestais. Na zona de Cavulancie, Chissua e Calonda (Posto Administrativo de Chitima) existem



exploradores particulares da espécie missanye (*colosphrenum mopane*) para a produção de carvão vegetal e lenha para comercialização.

A exploração de madeira é feita através da concessão de licenças simples, para o uso sustentável dos recursos florestais. As populações exploram a flora para ser usada como lenha e estacas para a construção de casas.

O distrito apresenta grande potencialidade faunística, simbolizada actualmente pelo programa comunitário em curso denominado Tchuma-tchato. Entre as espécies mais importantes destacam-se o elefante (*Loxodonta africana*), cudos (*Tragralaphus strepsiceros*), facoceiros, cabritos do mato, impalas, coelhos, jibóias, porco do mato (*Tayasse tajacu*) e galinhas do mato.

1.9 Infra-estruturas

O Distrito possui uma rede rodoviária com uma extensão total de 231 Km de estradas classificadas e que representa 4,8% do total da rede classificada da Província.

O Transporte de pessoas e bens é feito através do transporte rodoviário e fluvial. Para o efeito, existem no Distrito 30 transportadores rodoviários ou terrestres licenciados, sendo 27 de passageiros e 3 de carga. O transporte fluvial é realizado pela associação KUZA.

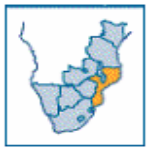
O distrito possui dois aeródromos, um localizado na Vila de Songo sob gestão da empresa de Aeroportos de Moçambique e o outro na Sede do Posto Administrativo de Chitima, sob gestão do Governo local, totalmente pavimentados.

Na tocante às telecomunicações, o distrito beneficia da rede fixa das TDM e das operadoras de rede móvel nos Postos Administrativos de Songo e Chitima. As comunicações são também feitas via rádios transmissores das instituições do Estado, Partido Frelimo e empresas privadas.

O distrito tem acesso à captação da emissão da Rádio Moçambique e ao sinal da Televisão de Moçambique (TVM), RTP e Canal França (TV5), estas duas últimas apenas na Vila de Songo.

O distrito possui Serviço Postais e de Correios na Sede do Distrito.

A rede de abastecimento de água no distrito é constituída por 121 fontes, sendo na sua maioria, poços e furos. No Distrito funcionam dois Pequenos Sistemas de Abastecimento



de Água (PSAA), na vila do Songo e Sede do Posto Administrativo de Chitima. É de salientar a existência de 40 poços tradicionais instalados nos domicílios, a nível das Localidades.

As zonas mais críticas no distrito em termos de acesso à água são os povoados de Tsatsabango, Calonda e Mereque no posto administrativo de Chintholo. Todavia, esta situação tem vindo a melhorar com o aumento do número de fontes de água, segundo as autoridades administrativas locais.

Apesar de a economia e infra-estrutura do distrito ser dominada pela barragem de Cahora Bassa, de acordo com os dados do Censo de 2007, só cerca de 9% da população beneficia de energia eléctrica.

Em 2011 expandiu-se a ligação domiciliária aos povoados de Massecha, Chinhanda, Nhacapiriri, Imboque, Matungulu, Macacate, Nhabando, na Vila de Chitima, e bairros da Unidade, Catondo e Julius Nyerere na Vila de Songo. O nível de cobertura da rede eléctrica nacional nesta Vila situa-se em cerca de 62%.

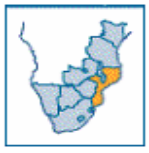
O distrito possui 58 escolas (das quais, 38 do ensino primário nível 1), e está servido por 9 unidades sanitárias, incluindo um hospital rural, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12 mil pessoas;
- Uma cama por mil habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.100 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

1.10 Economia e Serviços

O distrito de Cahora Bassa é definido pelas bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Chirodze, Daque, Messanângua e Sacoke e constituem um forte potencial para o desenvolvimento da região.



A energia produzida neste complexo abastece fundamentalmente os países vizinhos, nomeadamente o Zimbabwé e a África do Sul e algumas regiões de Moçambique, havendo grandes perspectivas de extensão para várias regiões e outros países vizinhos.

Songo, a capital do distrito, é a vila mais privilegiada da província sob o ponto de vista económico. É atravessada pela Bacia Hidrográfica do rio Zambeze que, em território moçambicano, ocupa uma área de cerca de 140.000Km², abrangendo totalmente a província de Tete e parte das províncias da Zambézia, Manica e Sofala.

Para além do grande potencial para aproveitamento hidroeléctrico, a barragem de Cahora Bassa oferece condições para o desenvolvimento de outros sectores de extrema importância para a economia da região que são os casos da agricultura, pecuária, exploração mineira e desenvolvimento industrial, além do total aproveitamento da albufeira para a pesca, turismo e desporto náutico.

A actividade piscatória ocupa um lugar de relevo na economia da região com forte possibilidade de captação de divisas, mas a fraqueza do empresariado nacional faz com que estes recursos sejam explorados quase na totalidade pelo empresariado zimbabweano, em alguns casos de forma clandestina, uma vez que o sistema actual de controlo e gestão revela-se deficiente.

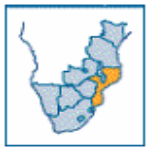
Apesar deste potencial existente, de modo geral, a economia familiar baseia-se nas culturas de milho, mapira, amendoim, feijão-nhemba e batata-doce para auto-consumo e os excedentes são para a comercialização e para a aquisição de outros produtos de primeira necessidade.

Parte significativa da força de trabalho do distrito é empregue nas actividades informais, como são os casos de carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, comerciantes, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no Distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

Pode-se sintetizar da forma seguinte a situação social e económica actual do Distrito:

- A produção agrícola é fraca apesar do potencial das terras baixas no vale do Zambeze e das regiões altas de pastagens;
- O distrito debate-se com graves problemas de falta de água;



- A rede de estradas do distrito está em condições insuficientes;
- A rede sanitária existente é insuficiente para cobrir as necessidades de saúde, havendo casos de populações em algumas aldeias e localidades que são obrigadas a percorrer grandes distâncias para ter acesso a uma unidade sanitária;
- A falta de medicamentos suficientes para cobrir as necessidades do distrito e de quadros com formação académica e profissional adequadas às condições do distrito são outros dos problemas que afectam o sector da saúde;
- A rede escolar é insuficiente e necessita de ser alargada e ampliada.

Assim, apesar dos esforços desenvolvidos, do investimento público e privado na actividade agrária e em infraestruturas e das várias intervenções na área social que, entretanto, foram realizadas, são bem patentes no Distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

1.11 História e Cultura

Após os primeiros contactos dos portugueses com terras moçambicanas em 1498, no decorrer da viagem de Vasco da Gama que levou à descoberta do caminho marítimo para a Índia, começou a fazer-se o reconhecimento das embocaduras do delta do rio Zambeze.

Esse reconhecimento prosseguiu por todo o século XVI, tendo chegado, em meados deste século, a cerca de 600Km do litoral, onde foi fundada, numa zona de planície, a cidade de Tete que é hoje das mais antigas cidades africanas ao Sul do Equador.

A exploração do Zambeze continuou, mas deparou com grandes dificuldades, por causa dos rápidos de Cahora Bassa em que o rio não permitia a navegação. Dessa característica da garganta lhe advém o nome, já que as populações ao chegarem à zona de rápidos, tinham de encostar os seus barcos à margem, dizendo "acabou o trabalho" frase que em língua do baixo Zambeze se traduziria Kabora Bassa ou Cahora Bassa.

Ultrapassar a zona dos rápidos, contornando pela margem esquerda do rio, era tarefa praticamente impossível; avançar pela margem direita, cruzando o enorme vale de Estima era muito perigoso, já que se penetrava no território do Reino de Monomotapa, senhor de grande poder e enormes recursos que procurava impedir, com os seus guerreiros, o acesso às suas lendárias riquezas.

Durante dois séculos, manteve-se, assim, paralisada a exploração do vale do Zambeze, a montante da garganta de Cahora Bassa.

Em meados do século XVII, os portugueses atravessam, finalmente, Estima, atingem a zona de Chicoa, onde estabelecem o forte de S. Miguel. Prosseguindo, criam as fortalezas de Cachomba e do Zumbo, esta na confluência dos rios Arângua e Zambeze, no local onde convergem as fronteiras da Zâmbia, do Zimbabwé e de Moçambique.

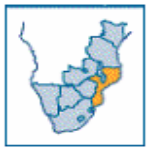
Revelar os segredos da terra foi, desde logo, uma das preocupações dos chefes das sucessivas expedições e dos missionários. São dessa época as primeiras cartas do território e os relatos de carácter científico sobre os recursos naturais que se lhes deparam, sendo de realçar as descrições das terras de todo o Vale do Zambeze, extraordinariamente férteis e abundantes.

Em meados do século XIX fazem-se as primeiras viagens de reconhecimento científico pelo Zambeze. Compreendeu-se então que as grandes e lendárias riquezas de Monomotapa estavam ao alcance de todos, nas minas, na energia, nas vias de comunicação naturais e na rica agricultura daquela vasta região.

Na sua grande viagem de Angola a Moçambique, pelo interior de África, Hermenegildo Capelo e Roverto Ivens, utilizaram e reconheceram o grande rio Zambeze, desde o leste de Angola até ao Índico e dessa viagem deixaram relatos circunstanciados sobre o vasto território do Vale do Zambeze e esquemas pormenorizados das "cachoeiras de Cahora Bassa".

Neste contexto, teve grande importância a extensa viagem empreendida pelo explorador britânico David Livingstone, que visitou Tete pela primeira vez em 1858.

Em 1905, Gago Coutinho que empreende uma viagem de carácter científico pelo Zambeze, explicando, pela primeira vez, a origem do nome de Cahora Bassa. Dessa viagem ficou legado precioso de trabalhos cartográficos de todo o vale do Zambeze, além de estudos pormenorizados dos recursos minerais, da fertilidade das terras, das espécies vegetais encontradas. Não deixou também de se referir às potencialidades energéticas do rio e às possibilidades de o tornar inteiramente navegável até ao Zumbo.



1.12 Sociedade civil

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam três Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 9 Conselhos Consultivos de Localidade.

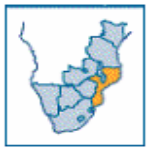
Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias, de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades dos Líderes Comunitários e com o seu reconhecimento pela autoridade competente.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

A população, devidamente mobilizada pelas autoridades comunitárias, participa activamente na abertura de estradas terciárias, que tem facilitado o escoamento dos excedentes agrícolas, na construção de escolas com material precário, casas para alguns Presidentes das Localidades e enfermeiros, na conservação de fontes de água, na denúncia de malfeitores e na localização de terrenos para vários fins socioeconómicos e culturais, sempre que necessário.

A *religião* dominante é a Católica, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosas se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.



2 Demografia[2]

A superfície do distrito[3] é de 8.878km^2 e a sua população está estimada em 109 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 12,3 hab/km^2, prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 155 mil habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.1, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 11 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (46%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 98% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 98 do masculino) e uma taxa de urbanização do distrito é de 31%, concentrada na Vila de Songo e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

Quadro 1. **População por posto administrativo, 1/7/2012**

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
Distrito de Cahora Bassa	**109,121**	**19,115**	**31,181**	**47,182**	**8,752**	**2,891**
Homens	53,882	9,459	15,385	23,429	4,297	1,312
Mulheres	55,240	9,656	15,796	23,754	4,455	1,579
P.A. do Songo	**46,069**	**7,765**	**13,059**	**20,547**	**3,717**	**981**
Homens	22,592	**3,825**	**6,367**	**10,030**	**1,918**	**451**
Mulheres	23,480	**3,940**	**6,694**	**10,519**	**1,798**	**529**
P. A. de Chitolo	**4,372**	**796**	**1,339**	**1,722**	**384**	**130**
Homens	2,183	**390**	**696**	**841**	**187**	**70**
Mulheres	2,188	**407**	**643**	**881**	**197**	**60**
P. A. de Chitima	**58,681**	**10,553**	**16,783**	**24,913**	**4,651**	**1,780**
Homens	29,107	**5,244**	**8,322**	**12,558**	**2,191**	**791**
Mulheres	29,572	**5,310**	**8,459**	**12,354**	**2,460**	**989**

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007.

Das pessoas residentes no distrito, 84% nasceram no próprio distrito, o que denota fluxos de migração significativos.

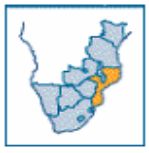
Quadro 2. **Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento**

	Local de Nascimento		
	No próprio distrito	Noutro distrito da mesma província	Noutra Província
Total	**84.2%**	13.1%	2.7%
- Homens	**82.8%**	13.9%	3.3%
- Mulheres	**85.5%**	12.3%	2.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[2] Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

[3] Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção **http://www.cenacarta.com**



2.2 Traço sociológico

Das 25 mil famílias[4] do distrito, o tipo sociológico familiar principal é o nuclear com filhos (47%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 4.4 membros.

Quadro 3. **Agregados familiares, segundo a dimensão**

% de agregados, por dimensão		
1 - 2	3 - 5	6 e mais
21.4%	49.8%	28.9%

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007 e Projecções globais da população.

Quadro 4. **Agregados familiares, segundo o tipo sociológico**

TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental (1)		Nuclear		Alargado (2)
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
9.2%	1.9%	14.5%	46.9%	6.4%	21.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados após os 12 anos de idade, têm crença religiosa, dominada pela religião Católica.

Quadro 5. **Distribuição da população, segundo o estado civil**

Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viúvo
100.0%	33.3%	57.9%	3.2%	5.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

Tendo o Cinyungwe como língua materna dominante, constata-se que 56% da população do distrito (com 5 ou mais anos de idade) tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

Quadro 6. **População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo**

		GRUPO ETÁRIO				
	TOTAL	5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 44	45 e mais
TOTAL	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
Cinyanja	1.5%	0.5%	0.6%	1.0%	1.5%	2.4%
Cinyungwe	75.6%	80.2%	76.9%	74.4%	73.2%	74.1%
Cisena	0.8%	0.3%	0.3%	0.5%	0.9%	1.4%
Português	8.9%	7.4%	11.1%	12.2%	10.2%	7.4%
Outras	13.2%	11.7%	11.1%	11.9%	14.2%	14.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

[4] Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

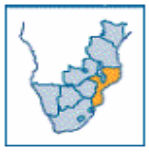
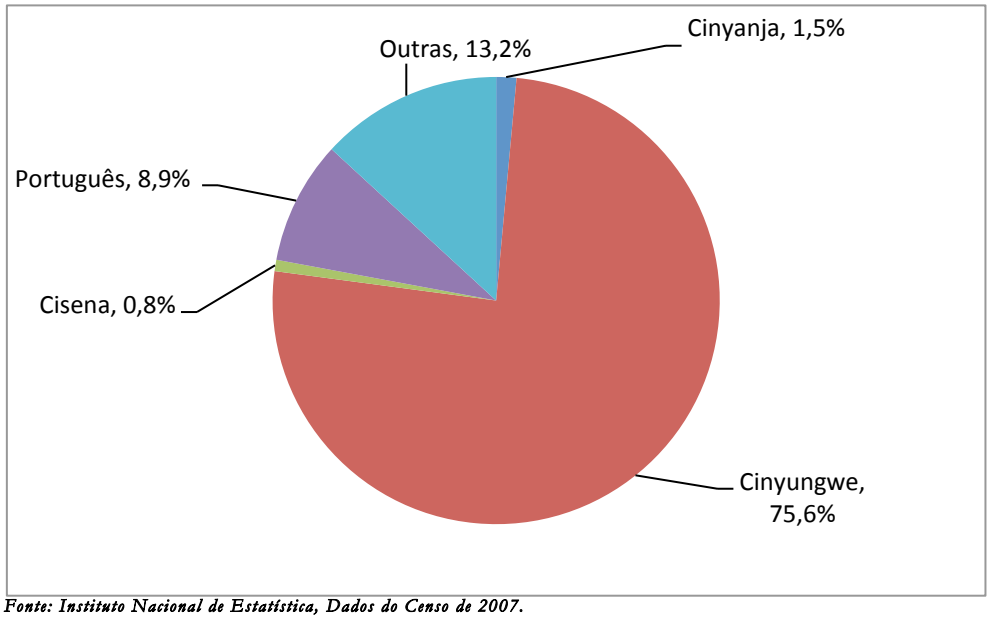


Figura 1. **População com 5 anos ou mais, por língua materna**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 7. **População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português**

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	**55.7%**	**65.1%**	**46.4%**	**44.3%**	**34.9%**	**53.6%**
5 - 9 anos	34.2%	33.7%	34.7%	65.8%	66.3%	65.3%
10 - 14 anos	69.7%	69.4%	70.0%	30.3%	30.6%	30.0%
15 - 44 anos	75.2%	80.0%	70.1%	24.8%	20.0%	29.9%
45 anos ou mais	54.6%	71.8%	38.0%	45.4%	28.2%	62.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

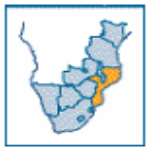
2.3 Analfabetismo e Escolarização

Com 57% da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 65% dos seus habitantes declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes a escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário.

Quadro 8. **População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012**

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Total	**43.2%**	**27.6%**	**58.5%**
15 - 19 anos	24.1%	18.6%	29.9%
20 - 24 anos	34.2%	20.5%	46.3%
25 - 29 anos	40.4%	25.3%	56.1%
30 - 44 anos	46.4%	27.9%	65.0%
45 anos ou mais	67.7%	44.3%	89.6%
P.A. do Songo	40.8%	27.5%	53.8%
P. A. de Chitolo	54.0%	33.1%	74.3%
P. A. de Chitima	44.4%	27.3%	61.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.



3 Habitação e Condições de Vida[5]

As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida das famílias. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Quadro 9. **Habitações segundo o regime de propriedade**

Total de Habitações	100.0%
- Próprias	88.8%
- Alugadas	2.8%
- Cedidas ou emprestadas	7.2%
- Outro regime	1.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A maioria (89%) das cerca de 25 mil habitações[6] existentes no distrito são de propriedade própria. O tipo de habitação dominante é a palhota (65%). A casa mista, que é um tipo de habitação que combina materiais de construção duráveis e materiais de origem vegetal, representa 16% do parque habitacional do distrito. A casa básica representa 15%.

Quadro 10. **Tipo de habitações**

Casa convencional[7] ou apartamento[8]	4.5%
Casa mista[9]	15.6%
Casa básica[10]	14.7%
Palhota[11], casa improvisada[12] e outras	65.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[5] Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

[6] Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

[7]Casa convencional - é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Pode ser de rés-do-chão, mais de 1 ou 2 pisos.

[8]Flat/apartamento - é uma unidade habitacional que tenha quarto(s) casa de banho, cozinha pertencente a uma unidade habitacional multifamiliar com 1 ou mais pisos podendo ser de um bloco ou conjunto de blocos.

[9]Casa mista – é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão), materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, paus maticados, madeira, etc.) e adobe.

[10]Casa básica – é uma unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem casa de banho e ou cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho, cozinha e água).

[11]Palhota – é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.).

[12]Casa improvisada – são habitações construídas com material improvisado e precário, tal como papel, saco, cartão, latas, cascas de árvores, etc.

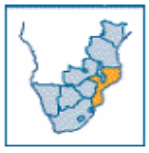
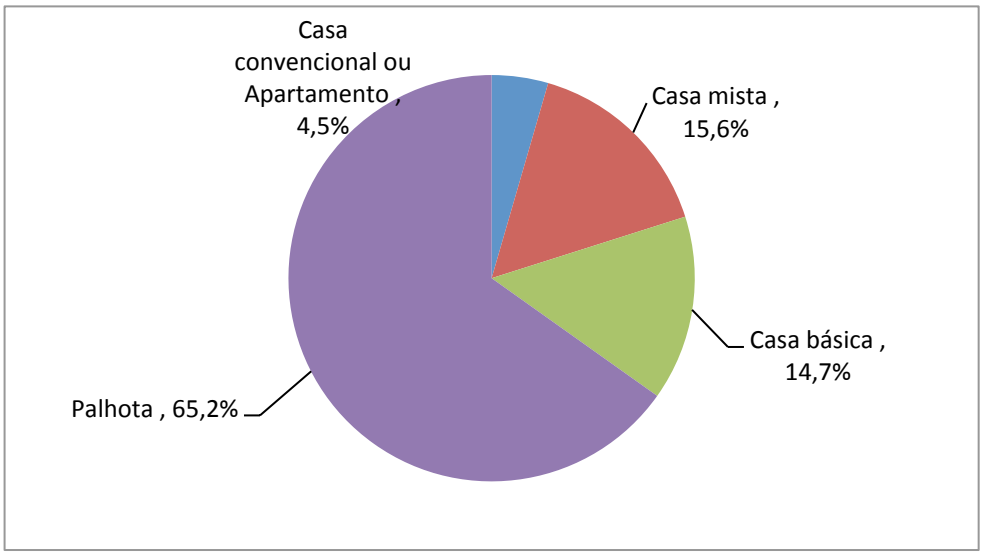


Figura 2. **Tipo de habitações**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Apesar de as condições de habitação serem diferentes entre as zonas urbanas e rurais do distrito, verifica-se um padrão comum dos materiais de construção caracterizado por:

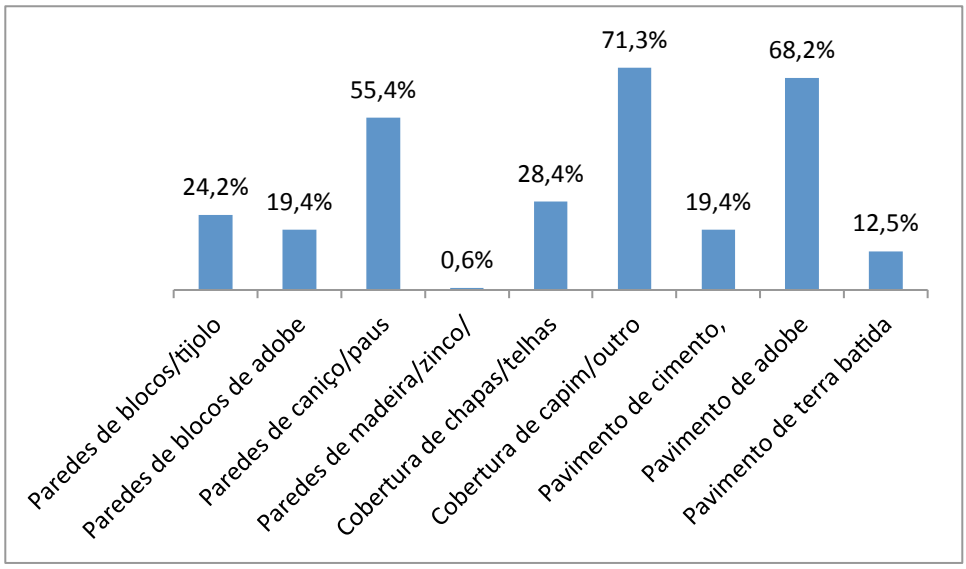
- O principal material usado nas paredes das casas é caniço/paus (55%);
- O principal material usado na cobertura das casas é capim ou palha (71%); e
- O principal material usado no pavimento das casas é adobe (68%).

Quadro 11. **Habitações segundo o material de construção**

	Em %		
	Total	**Urbano**	**Rural**
Paredes	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Blocos de cimento ou tijolo	24.2%	30.2%	21.6%
- Blocos de adobe	19.4%	36.3%	12.1%
- Caniço / Paus	55.4%	31.3%	65.7%
- Madeira / Zinco	0.6%	1.6%	0.2%
- Outro material	0.5%	0.6%	0.4%
Cobertura	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Chapas ou telhas	28.4%	46.0%	20.8%
- Laje de betão	0.3%	1.1%	0.0%
- Capim ou outro material	71.3%	52.9%	79.2%
Pavimento	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Cimento, parquet ou mosaico	19.4%	35.7%	12.4%
- Adobe	68.2%	53.8%	74.3%
- Sem nada	12.5%	10.5%	13.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 3. **Habitações segundo o material de construção**

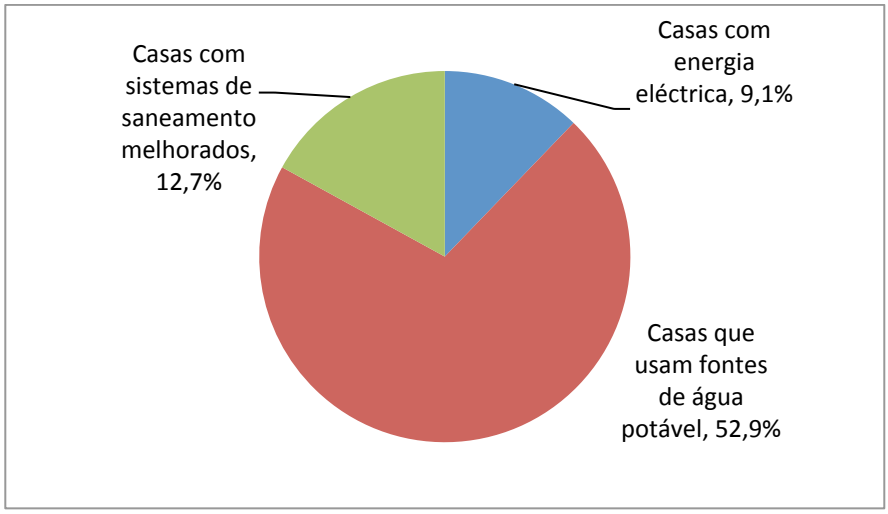


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

O gráfico e quadro seguintes mostram a distribuição percentual das habitações segundo o grau de acesso aos serviços básicos.

- A principal fonte de energia usada pelas famílias é a lenha (43%);
- Cerca de 53% das famílias tem acesso a fontes de água potável[13]; e
- Cerca de 13% das famílias usam sistemas de saneamento melhorados[14].

Figura 4. **Habitações e condições básicas existentes**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[13]Água canalizada (dentro e fora da casa), fontenário e poço/furo protegido c/ bomba.

[14]Retrete ligada a fossa séptica, Latrina melhorada e Latrina tradicional melhorada.

Quadro 12. **Habitações, água, saneamento e energia**

HABITAÇÕES E CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL	Casa convencional	Casa mista	Casa básica	Palhota
ENERGIA	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Electricidade	9.1	87.8	3.5	28.8	0.2
Gerador/placa solar	0.4	1.2	0.8	1.3	0.0
Gás	0.1	0.0	0.1	0.0	0.1
Petróleo/parafina/querosene	30.9	3.9	48.0	38.8	26.8
Velas	15.4	5.9	30.8	21.7	10.9
Baterias	0.3	0.0	0.7	0.4	0.2
Lenha	42.7	1.1	15.1	7.9	60.6
Outras	1.0	0.1	1.1	1.0	1.1
ÁGUA	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Água canalizada	12.7	90.9	18.6	22.3	3.3
- dentro da casa	4.2	88.5	0.8	0.0	0.0
- fora de casa	8.4	2.4	17.8	22.3	3.3
Não-canalizada	87.3	9.1	81.4	77.7	96.7
- fontenário	14.5	1.7	39.0	19.5	8.3
- poço/furo protegido c/ bomba	25.7	4.6	21.6	27.0	28.0
- poço sem bomba	21.1	1.6	9.7	12.7	27.3
- rio/lago/lagoa	25.8	1.2	10.5	18.5	33.1
- chuva	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
- mineral	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
- outros	0.1	0.0	0.6	0.0	0.0
SANEAMENTO	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
Retrete ligada a fossa séptica	5.0	88.4	0.5	5.2	0.0
Latrina melhorada	3.3	3.2	4.1	13.8	0.6
Latrina tradicional melhorada	4.5	0.9	7.9	12.4	2.0
Latrina não melhorada	16.3	2.9	27.5	26.0	12.2
Não tem retrete/latrina	71.0	4.6	60.0	42.7	85.1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

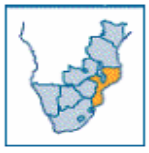
No que diz respeito a posse de bens, a incidência da posse de bens duráveis pelas famílias residentes no distrito é apresentada na tabela seguinte.

Quadro 13. **Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis**

Casa própria	Rádio	Televisor	Telefone fixo	Computador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum bem
88.8%	45.1%	8.0%	1.1%	0.8%	1.7%	1.1%	32.6%	43.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Constata-se que, exceptuando a casa própria, 44 por cento das famílias não possuem nenhum dos bens listados na tabela e observados aquando do Censo da População de 2007.



4 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Songo, Chitholo e Chitima que, por sua vez, estão subdivididos em 9 Localidades.

Posto Administrativo	Localidades
SONGO	SONGO - SEDE
	DZUNSA
CHITHOLO	CHITHOLO - SEDE
	MULINJE
CHITIMA	CHITIMA - SEDE
	CHIBAGADIGO
	CHICOA-NOVA
	NHABANDO
	NHACAPIRERE

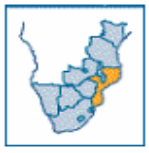
Songo, a capital do distrito, é a vila mais privilegiada da província sob o ponto de vista económico. É atravessada pela Bacia Hidrográfica do rio Zambeze que, em território moçambicano, ocupa uma área de cerca de 140.000Km², abrangendo totalmente a província de Tete e parte das províncias da Zambézia, Manica e Sofala.

4.1 Governo Distrital

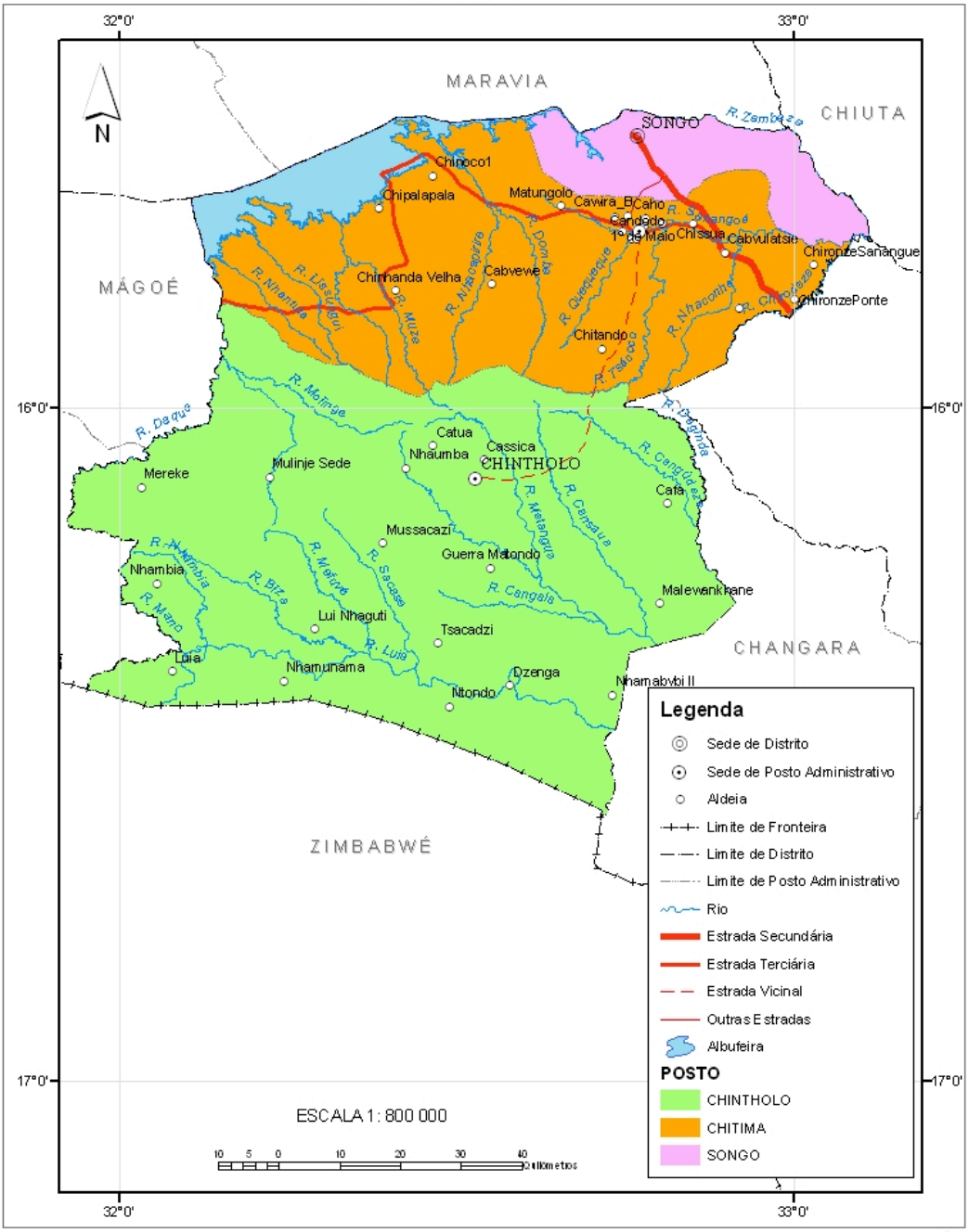
O Governo Distrital é dirigido pelo Administrador de Distrito e, ao abrigo da Lei nº 8/2003 de 19 de Maio, está estruturado na Secretaria Distrital e nos seguintes Serviços Distritais:

- Actividades Económicas;
- Saúde, Mulher e Acção Social;
- Educação, Juventude e Tecnologia; e
- Planeamento e Infra-estruturas.

De acordo com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital aprovado pelo Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril, a Estrutura Tipo do Governo Distrital é a que é apresentada em seguida.

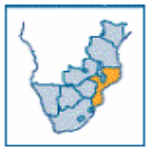


MOÇAMBIQUE
Distrito de Chora Bassa
Mapa de Divisão Administrativa

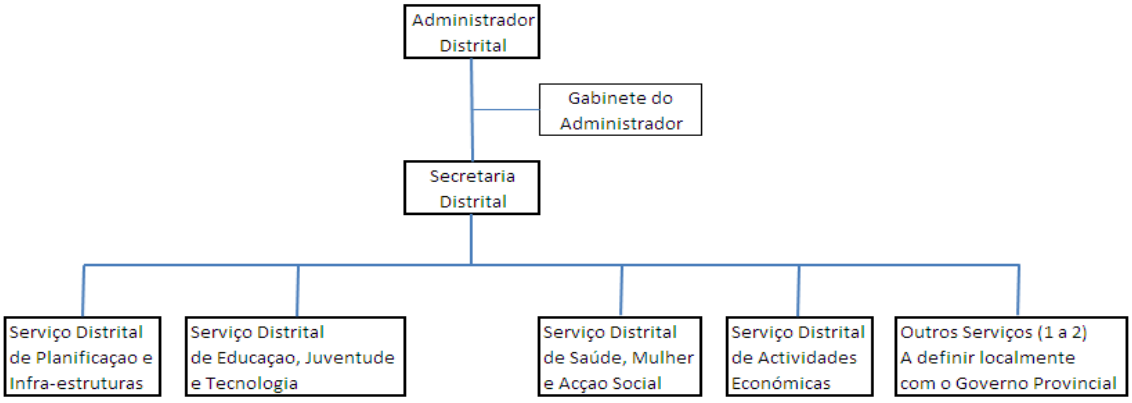


Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999
Aldeia-INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com



Estrutura Tipo do Governo Distrital



Fonte: Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril

Para além destes serviços, funcionam ainda as seguintes instituições públicas:

- Tribunal Judicial;
- Registo e Notariado;
- Comando Distrital da PRM;
- Procuradoria Distrital da República;
- Alfândegas;
- Migração;
- SISE.

Com um total de 1.075 funcionários (dos quais, 401 são mulheres), o distrito apresenta a seguinte distribuição por categorias técnicas:

Técnicos Médios	465
Técnicos Superiores	63
Técnicos Básicos	505
Elementar	42

O pessoal da Administração Distrital apresenta a seguinte distribuição por serviços:

- 53 no Gabinete do Administrador/ Secretaria Distrital (GA/SD);
- 796 no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT);
- 169 no Serviço Distrital de Saúde Mulher e Acção Social (SDSMAS);
- 13 no Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE); e

- 6 no Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas.

Os restantes 38 funcionários encontram-se afectos ao sector da Justiça.

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam três Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 9 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

No contexto da reforma do sector público, foi nomeado o Secretário Permanente Distrital, foram institucionalizados os Conselhos Locais (Localidade, Posto Administrativo e Distrito), Balcão de Atendimento Único Distrital (BAUD), descentralizados os investimentos no distrito, tramitados os expedientes para a nomeação de directores dos serviços distritais bem como dos chefes de Localidade.

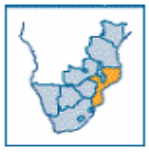
A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de tarefas realizadas, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

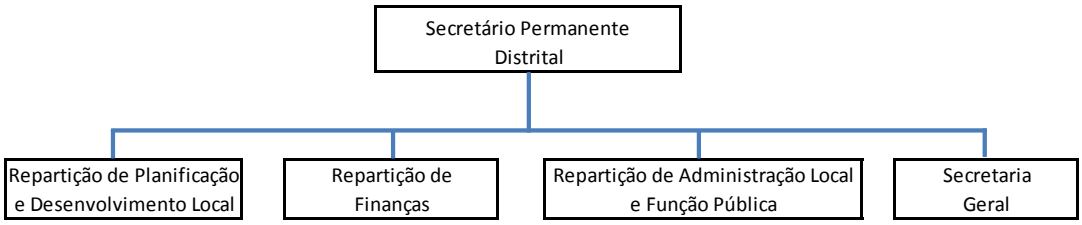
4.2.1 Secretaria Distrital

A Secretaria Distrital dirigida por um Secretário Permanente Distrital é o órgão do Governo Distrital que tem como principais funções e realizou actividades no âmbito de (a) prestar assistência técnica e administrativa ao Governo Distrital; (b) assegurar a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Distrital; (c) assistir na organização e controlo



das actividades do Governo distrital, bem como na elaboração de relatórios de análise de actividades do Governo Distrital; e (d) garantir a assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento dos postos administrativos, localidades e povoações.

Estrutura Orgânica da Secretaria Distrital



Fonte: MAE/DNAL.

4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) a promoção do uso adequado do solo e a gestão florestal; (b) o incentivo da produção alimentar e de culturas de rendimento; (c) o fomento pecuário e a construção comunitária de tanques carracicidas; (d) a emissão de licenças de pesca artesanal, caça e de abate, bem como o combate a caça furtiva; (e) a promoção da piscicultura e da apicultura; (f) a divulgação do potencial económico, industrial, turístico e cinegético local; (g) a promoção da pequena indústria e mineração artesanal; (h) a emissão de pareceres sobre pedidos de licenciamento de actividades económicas, licenciar actividades comerciais e emitir licenças turísticas; (i) efectuar o recenseamento das actividades de artesanato; e (j) promover mecanismos de financiamento das actividades produtivas.

4.2.2.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural

Dos 888 mil hectares da superfície do distrito, estima-se [15] em 400 mil hectares o potencial de terra arável deste distrito. Não foram referidos conflitos significativos pela posse de terra nem outros conflitos relacionados com pastagens e água.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

[15] Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)

Rede de Extensão Rural

A rede de extensão rural assiste um total de 15 aldeias dos Postos Administrativos de Chitima e Songo, sendo constituída por 1 extensionista e 3 Técnicos Ramais que assistiram 2.771 produtores, dos quais 828 são mulheres. Para além disto, foram assistidas 29 associações com um total de 855 membros.

A rede privada (OLAM, HelpAge, Visão Mundial, União Provincial de Camponeses de Tete) com um total de 10 técnicos, prestou assistência a um total de 1.980 produtores.

Quadro 14. **Cobertura da rede pública de extensão**

	Ano 2012
Nº Localidades Assistidas	9
Nº Total de extensionistas	4
Nº Total de supervisores	0
Nº Total de produtores	3,388
Nº Total dos Associados	30
Nº Total de produtores dispersos	1,465

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2012

Aprovisionamento de insumos agrícolas

Na primeira época foram aprovisionados 57.726 Kg de semente de cereais (milho e mapira), 5.740 Kg de feijões e 50 Kg de semente de amendoim. Destes, foram alocados 42.296 Kg de semente.

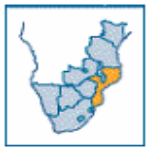
Para a segunda época foram alocados 35 Kg de semente de hortícolas diversas, com maior destaque para o tomate, cebola, quiabo, couve, abóbora e repolho.

Pelos parceiros foram alocados gratuitamente, 546 Kg de milho, 240 Kg de feijão nhemba, 390 Kg de amendoim, 78 unidades de enxadas e 78 unidades de catanas, tendo beneficiado 78 famílias camponesas.

Programas de irrigação

No quadro da expansão de áreas irrigáveis para a segunda época, foi realizada a manutenção das represas de Dinthi e de Thaka, foram concluídas 2 represas, Nhandoa e Cabvewe, e foram construídas e concluídas as represas de Nhauliri e Cadongolo.

Com a entrada em funcionamento das represas, haverá um acréscimo das áreas irrigadas, passando estas dos actuais 564 ha para cerca de 577ha.



Vacinações e banhos carracicidas

Foram vacinadas 9.642 galinhas contra a doença de newcastle, contra 5.976 em igual período de 2010, o que representa um aumento de 61%.

Na vacinação anti-rábica, 2.043 caninos foram vacinados, contra 1.873 em igual período de 2010.

Foram realizados 936 banhos carracicidas por pulverização nos bovinos, contra 3,769 banhos realizados em 2010.

Controlo de abate e de trânsito do gado

Foram inspeccionados 10.940 Kg de carne contra 7.179 Kg em 2010. Esta cifra representa um crescimento de 52% em relação ao ano de 2010.

Quadro 15. **Controlo de trânsito do gado (cabeças)**

Espécie	Ano 2011	Ano 2010
Bovino	908	707
Caprino	420	512
Suíno	25	5
Ovino	19	10

Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

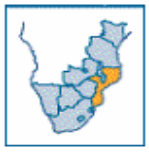
Reflorestamento

Foram montados 2 viveiros florestais comunitários, tendo produzido um total de 15.098 mudas de árvores de sombra e de fruta. Foram colocadas em locais definitivos, 9.158 mudas, a destacar a plantação de uma área de 1.2 hectares de moringueiro, arborização nas ruas da Vila de Chitima, arborização em todos os recintos escolares, sede das localidades e nos locais de realização de comícios.

Em igual período do ano 2010 foram produzidas 7,814 mudas em 2 viveiros florestais, que foram utilizadas para efeitos de arborização nas escolas.

Florestas comunitárias

Dos 86 Líderes Comunitários do 1º e 2º escalão, todos possuem florestas com árvores nativas delimitadas.



Exploração florestal

Foram concedidas licenças de exploração a 9 operadores de madeira em toro dos 10 que concorreram para as espécies de chanato e monzo.

Foram escoados 4.285m3 dos 4.400 m3 autorizados das espécies monzo, chanato e chanfuta. Em 2010 foram escoados 2.415,67 m3 de madeira em toro.

Conflito Homem - Fauna Bravia

- Áreas mais afectadas: Macacate, Cangundzi, Tsatsabango, Badza, Canguereuere, Chinoco, Nhabando, Calonda, Cabveue, Mulinje e Chintholo.
- Consequências: 2 pessoas mortas por ataque de crocodilo em (Badza e Chinoco); 1 pessoa morta por Hipopótamo em Chipalapala e 1 pessoa morta por Elefante em Cangudze; 3 pessoas feridas por Leopardo em Nhamidzi e destruição de 86 machambas.
- Em 2010: destruídas 204 machambas, 4 pessoas mortas e 4 redes de pesca destruídas.
- Medidas tomadas: alocação de 2 armas de fogo, abatido 1 elefante, colocação de 9 chapas de sinalização nos corredores de elefantes e no *habitat* de crocodilos, sensibilização da população.

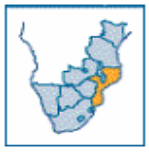
Licenciamento de pesca

Na pesca artesanal foram licenciadas 340 artes das 900 planificadas. Em 2010 foram licenciadas 285 artes de pesca artesanal. É de referir que, segundo o Censo de 2007 da Pesca Artesanal, o Distrito possui 1.208 artes de pesca.

Razões do não cumprimento do plano: falta de livros de recibo, deficiência no meio de transporte (motorizada) e insuficiência de meios financeiros para o licenciamento.

Quanto à pesca semi-industrial foram licenciadas 247 embarcações num universo de 43 empresas, das quais 2 são de aquacultura.

Relativamente à pesca recreativa e desportiva foram licenciadas 62 artes contra 100 artes em 2010.



Fiscalização

Na pesca semi-industrial, com a participação da Associação dos Produtores da kapenta e da Polícia da República de Moçambique, foram realizadas 4 Patrulhas nocturnas durante o exercício da actividade da pesca da kapenta.

As acções de fiscalização desenvolvidas resultaram em: i) recuperação de 19 caixas de kapenta fresca e 1 saco de kapenta seca, ii) 8 indivíduos envolvidos no roubo de kapenta detidos e iii) 9 canoas apreendidas e destruídas.

Na pesca artesanal foram apreendidas e incineradas 4 redes mosquiteiras. Por outro lado, os pescadores continuam a usar a rede de arrasto que está proibida por lei.

Financiamento da Pesca Artesanal

Durante 2011, o Fundo de Fomento Pesqueiro concedeu um financiamento para a aquisição de redes e cordas para pesca artesanal à associação Chuma Chiri Pansi de Calonda, Localidade de Nhabando. Este material foi avaliado em 130.000,00 Mt.

Pelo Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) foram financiados 2 projectos, nomeadamente, o projecto Ngati Shande de Macacate num montante de 100.000,00 Mt e o Kwala de Caliote num montante de 90.000,00 Mt.

4.2.2.2 Indústria, Comércio e Turismo

Durante 2011 foram recenseados 563 estabelecimentos comerciais, 99 unidades micro-industriais, 29 casas de alojamento turístico, 6 restaurantes, 2 hotéis e 2 lodges.

No quadro da implementação do Decreto 2/2008 de 12 de Março sobre o Licenciamento Simplificado foram emitidas 58 licenças (4 moageiras, 2 tabacarias, 1 oficina e 51 bancas) e 7 cartões de identificação de Operador Comercial Rural.

Ainda foram licenciados 2 estabelecimentos de alojamento turístico da categoria de classe única, localizados na Vila de Songo e Chitima, com um total de 17 quartos com capacidade para 17 camas.

Em relação ao ano 2010 foram emitidas 18 licenças simplificadas e 1 alvará do alojamento turístico denominado SMART NAIRA RESIDENCIAL Lda.

4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) garantir o funcionamento de estabelecimentos de ensino, formação de professores, alfabetização, educação de adultos e educação não formal; (b) realizar estudos sobre cultura, diversidade cultural, valores locais e línguas nacionais; (c) promover o fabrico de instrumentos musicais tradicionais; (d) incentivar o desenvolvimento de associações juvenis, bem como promover iniciativas geradoras de emprego, auto-emeprego e outras fontes de rendimento dos jovens; e (e) promover o uso de novas tecnologias.

4.2.3.1 Educação

Da população com 15 anos ou mais de idade 57% é alfabetizada e 65% das pessoas com 5 anos ou mais de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino. A análise por sexos revela um melhor padrão nos homens.

Quadro 16. **População com 5 anos ou mais, e frequência escolar**

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	**35.6%**	37.2%	34.1%	**29.4%**	36.3%	22.6%	**35.0%**	26.5%	43.4%
P.A. do Songo	**37.0%**	38.2%	35.8%	**27.4%**	33.8%	21.2%	**35.6%**	28.0%	43.0%
P. A. de Chitolo	**30.7%**	34.9%	26.4%	**34.4%**	39.8%	28.9%	**34.9%**	25.3%	44.7%
P. A. de Chitima	**34.9%**	36.5%	33.2%	**30.6%**	38.0%	23.2%	**34.5%**	25.5%	43.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A análise do nível de ensino frequentado pela população que actualmente atende a escola, revela uma concentração significativa no nível primário de ensino.

Quadro 17. **População de 5 anos ou mais, por nível de ensino**

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							
	Total	AEA	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Técnico	Superior
TOTAL	**100.0%**	**3.8%**	**61.5%**	**18.6%**	**11.7%**	**2.5%**	**1.7%**	**0.2%**
5 - 9 anos	100.0%	0.1%	99.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
10 - 14 anos	100.0%	0.3%	74.3%	22.0%	3.3%	0.0%	0.1%	0.0%
15 - 19 anos	100.0%	1.8%	25.5%	37.1%	29.8%	3.3%	2.6%	0.1%
20 - 24 anos	100.0%	9.2%	9.6%	21.7%	35.3%	14.4%	9.2%	0.7%
25 e + anos	100.0%	32.7%	15.0%	17.5%	20.1%	8.3%	4.7%	1.6%
HOMENS	**100.0%**	**1.5%**	**60.5%**	**20.3%**	**12.8%**	**2.8%**	**1.8%**	**0.2%**
MULHERES	**100.0%**	**6.3%**	**62.5%**	**16.7%**	**10.6%**	**2.1%**	**1.6%**	**0.2%**

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos; ESG2 - 11º e 12º Anos; ET – Ensino técnico; CFP – Curso de formação de professores; AEA -Alfabetização e educação de adultos.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

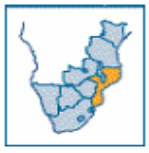
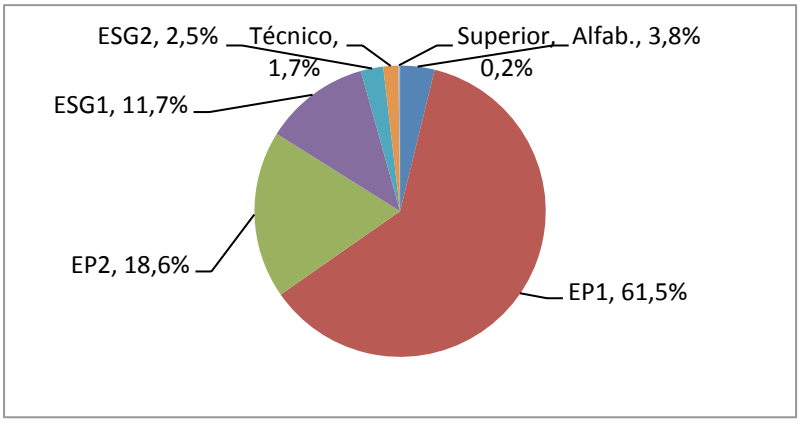


Figura 5. **População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Um aspecto importante é a observação das taxas de escolarização bruta e líquida. A ***primeira taxa*** calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino (independentemente da idade) pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para o referido nível[16]. Para calcular a ***segunda taxa***, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para o nível pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Estas são as medidas mais comuns para estimar o desenvolvimento quantitativo do sistema educativo.

Quadro 18. **Taxas de escolarização**

Taxas de escolarização	Taxa Bruta de Escolarização			Taxa Líquida de Escolarização		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
EP1	110.3	113.4	107.1	61.5	60.7	62.4
EP2	105.7	119.1	92.2	15.8	15.9	15.7
ESG1	47.6	51.6	43.1	9.0	7.7	10.4
ESG2	17.7	20.0	15.2	1.4	1.0	1.8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007

Como se pode observar, a taxa bruta de escolarização do Ensino Primário do 1º Grau é de 110%, o que indica um elevado nível de cobertura escolar neste nível. Atendendo a que a idade ideal para frequentar o EP1 é de 6 a 10 anos (para terminar este nível sem nenhuma reprovação), este indicador acima dos 100% reflecte a entrada tardia na escola, a reprovação e desistência escolar, levando a que exista um elevado número de alunos no EP1, com idades superiores a 10 anos.

[16]EP1 – 6 a 10 anos; EP2 – 11 a 12 anos; ESG1 – 13 a 15 anos; ESG2 – 16 a 17 anos; Superior – 18 a 22 anos.

Efectivamente, a taxa líquida de escolarização no EP1 confirma aquele facto ao indicar que 62% das crianças de 6 a 10 anos frequentam o nível de ensino correspondente a sua idade, neste caso o EP1, e que somente 16% das crianças de 11 a 12 anos frequentam o nível de ensino correspondente a idade, o EP2.

Em geral, os rapazes apresentam melhores indicadores educacionais brutos para todos os níveis. Nos indicadores líquidos, as raparigas apresentam taxas mais elevadas, denotando um aumento de mulheres matriculadas nos níveis de ensino correspondente as suas idades.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socioeconómicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por baixas taxas de aproveitamento e altas taxas de desistência em algumas localidades do distrito, devido ao facto de haverem muitos casamentos prematuros e emigração de jovens.

Quadro 19. **Escolas, alunos e professores, 2011**

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos	
		M	HM
TOTAL DO DISTRITO	**58**	**12.657**	**25.770**
EP1	38	9.570	18.974
EPC (Escola Primária Completa)	15	1.816	3.872
ESG I e II	2	1.154	2.464
IFP	1	67	158
EP	1	35	173
ISPS	1	15	129

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG - 8º a 12º Anos

O distrito possui, ainda, 99 centros de alfabetização de adultos, frequentados por 19 mil alfabetizandos, dos quais 11.500 são mulheres.

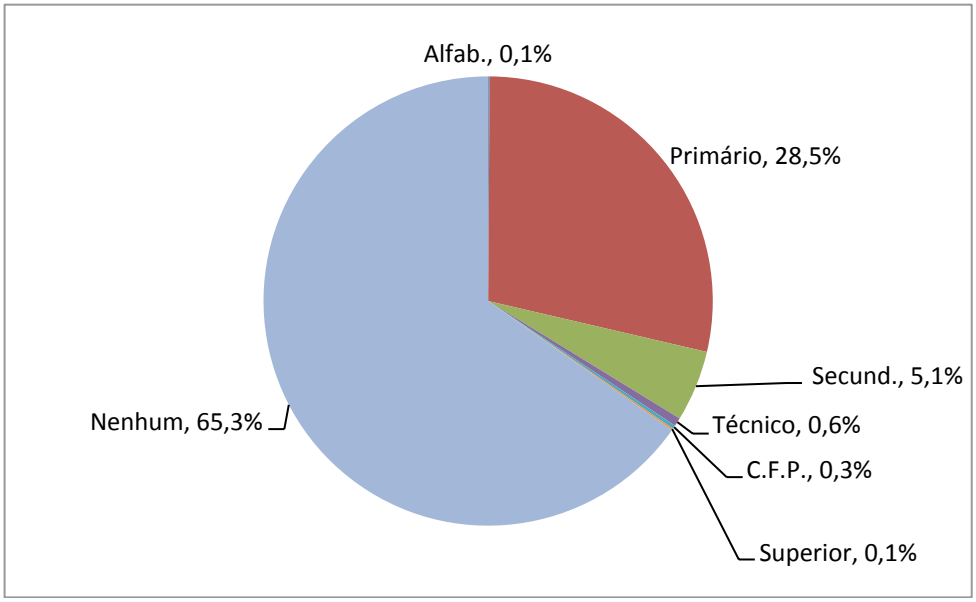
Em termos de grau de ensino concluído, constata-se que do total de população com 10 anos ou mais de idade, 35% concluiu algum nível de ensino, na sua maioria o nível primário.

Quadro 20. **População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído**

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	**Nenhum**
TOTAL	**34.7%**	**0.1%**	**28.5%**	**5.1%**	**0.6%**	**0.3%**	**0.1%**	**65.3%**
10 - 14 anos	22.7%	0.0%	22.2%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	77.3%
15 - 19 anos	54.1%	0.0%	49.2%	4.9%	0.1%	0.0%	0.0%	45.9%
20 - 24 anos	47.6%	0.1%	37.2%	9.3%	0.7%	0.3%	0.0%	52.4%
25 - 29 anos	40.9%	0.1%	30.1%	8.6%	1.3%	0.7%	0.1%	59.1%
30 e + anos	25.5%	0.2%	19.1%	4.8%	0.9%	0.3%	0.3%	74.5%
HOMENS	**43.4%**	**0.1%**	**35.0%**	**6.9%**	**0.9%**	**0.2%**	**0.2%**	**56.6%**
MULHERES	**26.2%**	**0.1%**	**22.2%**	**3.3%**	**0.3%**	**0.3%**	**0.0%**	**73.8%**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Figura 6. **População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

4.2.3.2 Cultura, Juventude e Desportos

O distrito participou como convidado no festival provincial de NYAU realizado no distrito de Macanga. Diversas expressões culturais são regularmente exibidas por ocasião dos dias festivos, feriados e datas comemorativas. As principais expressões culturais do distrito são: Djiti, Mafuwe, Candaba, teatro, poesia e música (grupos musicais).

Os locais culturais de referência são: floresta petrificada de Carangache e Madzimbabwe do Songo, onde têm sido realizados trabalhos de conservação.

Na celebração do ano Samora Machel realizaram-se 2.846 palestras, diversas peças teatrais, música, jornadas de limpeza e competições desportivas, em memória do Primeiro Presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel.

Os Jovens do distrito participaram no acampamento juvenil realizado no distrito de Zumbo, assim como na fase provincial dos jogos desportivos escolares, em que foram seleccionados 18 atletas.

Das várias modalidades desportivas, as mais praticadas são: Futebol de 11, Basquetebol, Andebol ,Voleibol , Atletismo , Futsal, Xadrez, Natação e Ciclismo.

Foi registado um total de 143 equipas de futebol de 11, 54 equipas escolares, 88 equipas da comunidade e uma do Grupo Desportivo da HCB, que milita no Campeonato Nacional (Moçambola).Existem 55 equipas de jogos tradicionais (Ntsago e Ntsolo).

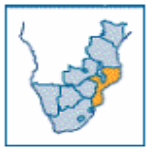
4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) assegurar o funcionamento das unidades sanitárias e incentivar a medicina tradicional; (b) promover acções de apoio e protecção da criança, da pessoa portadora de deficiência e do idoso; (c) desenvolver acções de prevenção da violência doméstica e de abuso de menores; e (d) promover a igualdade e equidade do género.

4.2.4.1 Saúde

A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12 mil pessoas;
- Uma cama por mil habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.100 residentes no distrito.



Quadro 21. **Unidades de saúde, camas e pessoal, 2011**

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	**9**	1	0	7	1			
Nº de Camas	**85**	67	0	18	0			
Pessoal Total	**114**	55	0	57	2	**114**	55	59
- Licenciados	3	2	0	1	0	3	2	1
- Nível Médio	18	11	0	7	0	18	9	9
- Nível Básico	36	15	0	21	0	36	16	20
- Nível Elementar	18	4	0	13	1	18	6	12
- Pessoal de apoio	39	23	0	15	1	39	22	17

Fonte: Administração do Distrito

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde "Kits A e B" e pelos Postos de Saúde "Kits B". A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

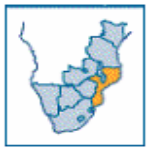
Quadro 22. **Indicadores de cuidados de saúde, 2011**

Indicadores	
Partos	2.618
Vacinação	22.412
Saúde materno-infantil	53.253
Consultas externas	112.526
Taxa de baixo peso à nascença	7,3%
Taxa de mau crescimento	3,8%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

De referir ainda a existência de vários programas de cuidados de saúde primários a vários níveis que denotam uma evolução positiva nos últimos anos, nomeadamente:

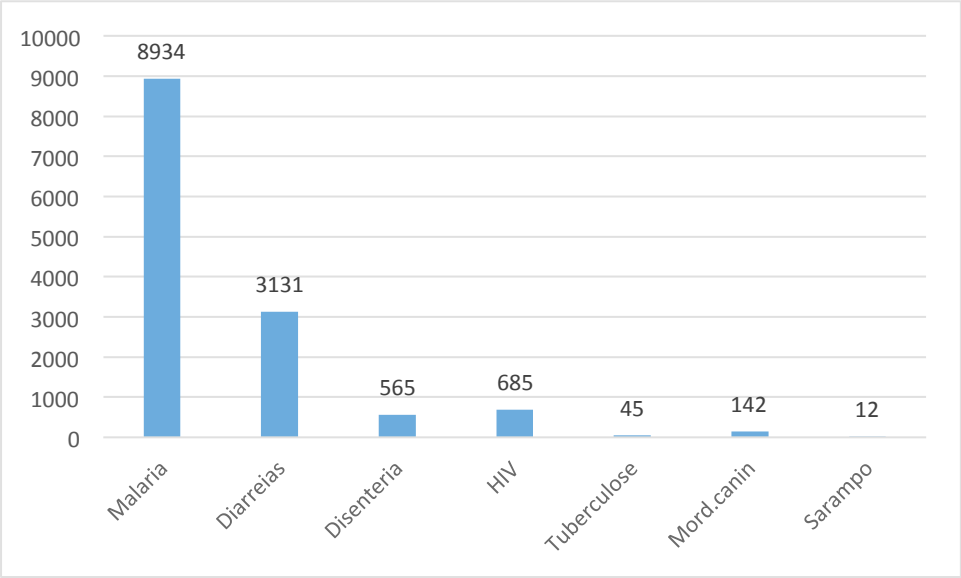
- Saúde ambiental: Esta actividade está sendo realizada em todas as unidades sanitárias, bem como em brigadas móveis e nos locais de interesse público
- Saúde Ocupacional: Realizadas visitas de trabalho as empresas para vacinação aos trabalhadores, bem como a todos os outros que manipulam géneros alimentícios
- Saúde reprodutiva
- Saúde Infantil, Nutrição, Saúde Escolar



- Suplementação de Vitamina 'A'
- Programa alargado de vacinação
- Saúde Mental.

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

Figura 7. **Quadro epidémico, 2011 (nº de casos)**



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

4.2.4.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, toxicodependentes e regressados.

Tem existido coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 2007, cerca de 5.500 órfãos (na sua maioria órfãos de pai e entre os 10 e 14 anos de idade) e cerca de 2.500 pessoas portadoras de deficiência (90% com debilidade física e 10% com doenças mentais).

Quadro 23. **População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007**

	População 0-14 anos	Órfão de:			
		Total	Mãe	Pai	Pai e Mãe
Total	100.0%	13.3%	3.4%	8.4%	1.5%
- Homens	100.0%	13.4%	3.4%	8.5%	1.5%
- Mulheres	100.0%	13.3%	3.5%	8.4%	1.5%
Grupos etários:					
- 0 a 4 anos	100.0%	4.7%	1.0%	3.3%	0.4%
- 5 a 9 anos	100.0%	13.3%	3.4%	8.6%	1.3%
- 10 a 14 anos	100.0%	26.3%	7.1%	15.8%	3.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 24. **População deficiente, 2007**

Grupos de Idade	População Total	Sem Deficiência	Com deficiência		
			Total	Física	Mental
Total	**100.0%**	**97.1%**	**2.9%**	**2.6%**	**0.3%**
0 - 14	100.0%	**98.5%**	1.5%	1.3%	0.1%
15 - 44	100.0%	**97.1%**	2.9%	2.5%	0.4%
45 e mais	100.0%	**91.0%**	9.0%	8.6%	0.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

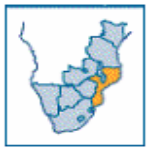
A tabela seguinte apresenta a distribuição percentual das 2.500 pessoas portadoras de deficiência, segundo a causa.

Quadro 25. **População portadora de deficiência, segundo a causa**

	TOTAL	Física	Mental
Total	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
À nascença	18.4%	17.7%	24.5%
Doença	48.9%	47.6%	62.0%
Minas/Guerra	2.2%	2.4%	0.0%
Serviço Militar	2.4%	2.6%	0.4%
Acidente de Trabalho	6.4%	7.0%	0.0%
Acidente de Viação	4.4%	4.5%	3.5%
Outras	17.4%	18.2%	9.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Durante 2011, foram realizadas varias acções com vista a melhoria dos serviços e o bem servir as populações na divulgação da lei 29/2009 sobre a violência doméstica praticada contra a mulher, divulgação dos direitos humanos e da criança nas comunidades, pagamentos de subsídio de alimento aos idosos, deficientes e doentes crónicos.



Quadro 26. **Número de pessoas vulneráveis assistidas, 2011**

GRUPO ALVO	INSCRITO			TIPO DE APOIO	ONGS
	MASC	FEM	TOTAL		
IDOSOS	1403	2031	3314	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTO PEQUENOS PROJECTOS DE GERAÇÃO DE RENDIMENTO.	HEALPAGE INTERNACIONAL E INAS
DEFICIENTES	204	310	514		
DOENTES CRÓNICOS	14	20	34		
MULHERES VIÚVAS	-		114		

Fonte: Relatório Anual do Governo Distrital, 2011

4.2.4.3 Género

O distrito tem uma população estimada de 109 mil habitantes - 55 mil do sexo feminino - sendo 15% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Tendo por língua materna dominante o Cinyungwe, 46% das mulheres do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (65%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 59%, sendo de 28% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 43% nunca frequentaram a escola (no caso dos homens só 27% nunca estudaram) e 22% concluíram o ensino primário (no caso dos homens, 35% terminaram o primário).

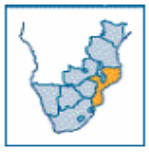
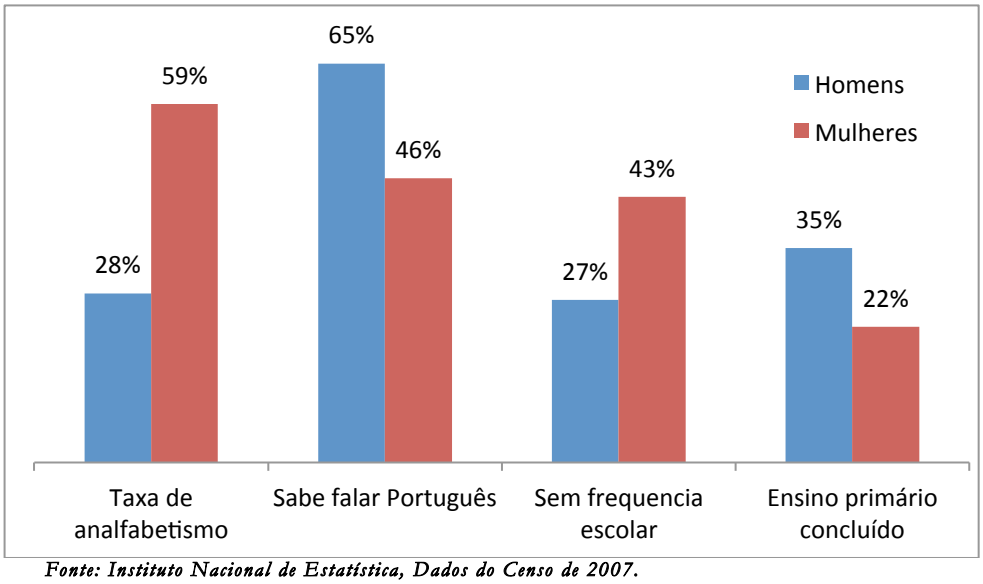


Figura 8. **Indicadores de escolarização por sexos**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No que diz respeito ao acesso a novas tecnologias também se verifica um desequilíbrio entre sexos, como se pode deduzir da tabela seguinte.

Quadro 27. **Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)**

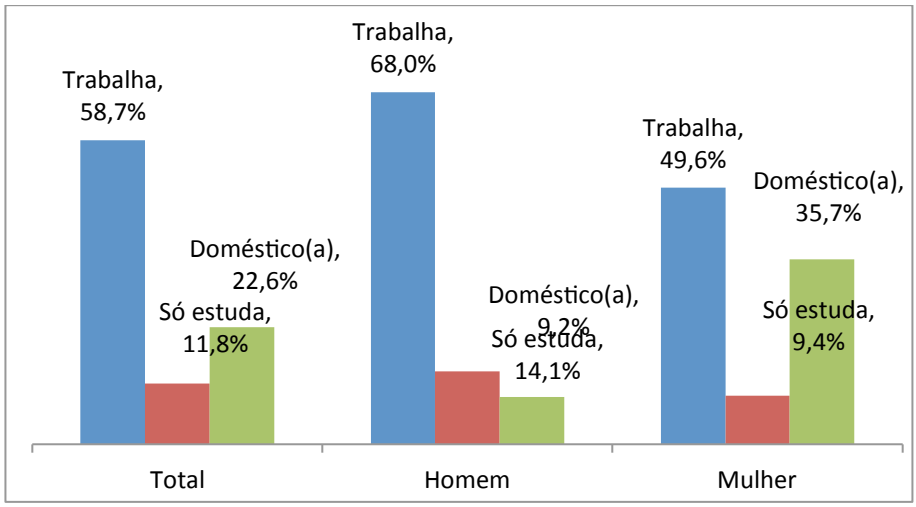
	Número de pessoas que usou:		% de pessoas
	Computador	Internet	c/ Telemóvel
Total	0.9%	0.4%	7.3%
- Homens	1.6%	0.7%	11.9%
- Mulheres	0.2%	0.1%	2.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No tocante a actividade económica, de um total em 2012 de 55 mil mulheres, 30 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos), das quais 15 mil são economicamente activas[17]. A população não economicamente activa feminina com 15 anos ou mais (50%) é constituída principalmente por senhoras domésticas (36%) e estudantes a tempo inteiro (9%). O nível da participação no trabalho das mulheres (50%) é inferior ao dos homens (68%).

[17]Segundo recomendações internacionais, a PEA é considerada como a população que participa na actividade económica e que tenha 15 anos de idade e mais. Dito por outras palavras, a PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez.

Figura 9. **População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo**

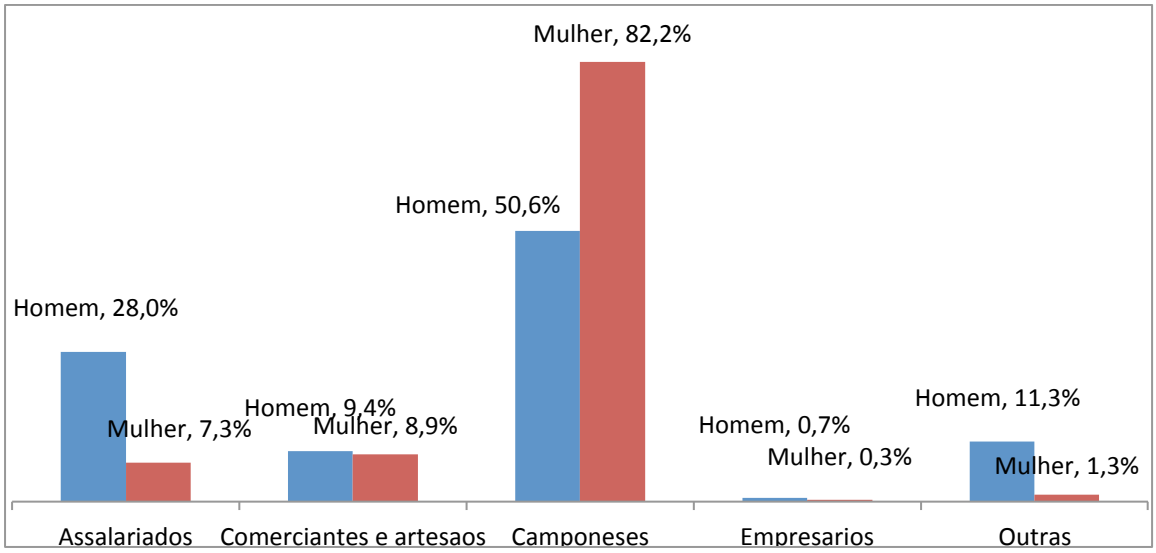


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição das mulheres economicamente activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

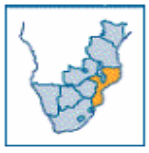
- Cerca de 82% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- 9% são comerciantes, artesãs, ou empresárias; e
- As restantes 9% são, na maioria, trabalhadoras do sector de serviços, incluindo empregadas do sector comercial formal e informal.

Figura 10. **População[18] segundo a posição no trabalho e sexo**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[18] Com 15 anos ou mais.



4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) elaborar propostas de Plano de Estrutura e de Ordenamento Territorial; (b) promover a construção de fontes de abastecimento de água potável bem como a gestão dos respectivos sistemas de abastecimento; (c) assegurar, em colaboração com outras entidades, a disponibilidade do sistema de fornecimento de energia eléctrica e a promoção do aproveitamento energético dos recursos hídricos e uso de energias renováveis; (d) assegurar a reabilitação, manutenção das estradas não classificadas, pontes e outros equipamentos de travessia; (e) promover a construção, manutenção e reabilitação de infraestruturas e edifícios públicos, bem como de valas de irrigação, jardins públicos, infraestruturas desportivas e parques de estacionamento; (f) promover o uso da bicicleta e da tracção animal; (g) elaborar propostas de gestão ambiental; e (g) garantir a prestação dos serviços públicos tais como cemitérios, matadouros, mercados e feiras, limpeza e salubridade, iluminação pública, jardins campos de jogos e parques de diversão.

4.2.5.1 Ordenamento Territorial

Como forma de implementação do plano de urbanização da expansão da Vila de Chitima, foram demarcados 362 talhões de 800m^2 cada, para diversos fins.

De igual modo, foi feito um dimensionamento de áreas para a elaboração de um Plano Parcial de Urbanização na sede do Posto Administrativo de Chintholo, de forma a ordenar a ocupação espacial e prever a implantação ordenada de infraestruturas para o benefício das comunidades locais.

4.2.5.2 Gestão e Educação Ambiental

Gestão de Terras

No que respeita à gestão de terras, na semana alusiva ao dia mundial do ambiente, foram realizados vários programas e 7 palestras de sensibilização sobre as actividades que contribuem para a degradação dos solos e consequente destruição do *habitat* e das florestas.

Quanto ao Direito de Uso e Aproveitamento de Terras, foram tramitados 68 processos de pedido de DUAT em 2011, contra 51 processos em 2010, o que representa uma subida de 25%.

Ambiente

No início de Março 2011 foi realizada uma campanha de limpeza na Vila de Chitima, a qual teve o envolvimento de parceiros. No dia 5 de Junho foi realizada uma cerimónia alusiva ao dia Mundial do Ambiente, que teve o seu epicentro em Maroera, sede da Localidade de Songo.

Gestão das Calamidades Naturais

Foi feita a recolha de dados e assistência às populações afectadas pelas enxurradas e seca em 2011 e 2012, em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA), como parceiro financiador, e a HelpAge Internacional, como parceiro implementador, tendo sido assistidas em alimentos 11.472 pessoas carenciadas.

Das actividades realizadas no âmbito de comida pelo trabalho constam a produção e plantio de árvores, fabrico de tijolos, limpeza e saneamento do meio, manutenção de rotina das vias terciárias, abertura de poços, construção de represas, montagem de campos de multiplicação de material vegetativo e construção de tribunas nas localidades.

4.3 Finanças Públicas e Investimento

O financiamento do funcionamento dos Governos Distritais e das funções para eles descentralizadas é assegurado por via de:

(i) Receitas próprias[19]que provém da comparticipação das receitas fiscais e consignadas ao nível Distrital e as correspondentes taxas, licenças e serviços cobrados pelo Governo Distrital; e

[19] Receitas próprias do distrito provenientes de serviços e licenças cobradas fora do território das autarquias locais são: (a) utilização do património público sob gestão do distrito; (b) ocupação e aproveitamento do domínio público e aproveitamento de bens de utilidade pública; (c) pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização; (d) loteamento e execução de obras particulares; (e) realização de infraestruturas simples; (f) ocupação da via pública por motivo de obras e utilização de edifícios; (g) exercício da actividade de negociante e comércio a título precário; (h) ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras; (i) autorização de venda ambulante nas vias e recintos públicos; (j) aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição; (k) autorização para o emprego de meios de publicidade destinados a propaganda comercial; (l) licenças de pesca artesanal marítima e em águas interiores; (m) licenças turísticas nos termos de legislação específica; (n) licenças para a realização de espectáculos públicos; (o) licenças de caça e abate; (p) licenças e taxas de velocípedes com ou sem motor; (q) estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinados; (r) utilização de instalações destinadas ao conforto, comodidade ou recreio público; (s) realização de enterros, concessão de terrenos e uso de instalações em cemitérios.

Constituem ainda receitas do distrito as taxas e tarifas por prestação dos serviços, nos casos em que os órgãos do distrito tenham sob sua administração directa, a prestação de serviço público: (a) abastecimento de água; (b) fornecimento de energia eléctrica; (c) utilização de matadouros; (d) recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos de particulares e instituições; (e) ligação, conservação e tratamento dos esgotos; (f) utilização de infra

(ii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas correntes;

(iii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas de investimento (Fundo de Desenvolvimento Distrital, Fundo de Investimento em Infra-estruturas);

(iv) Fundos Sectoriais Descentralizados, nomeadamente dos sectores de águas, estradas, educação e agricultura;

(v) Donativos provenientes de ONGs, cooperação internacional ou entidades privadas.

O Governo Distrital teve em 2011 a seguinte execução orçamental.

Quadro 28. **Execução orçamental (em '000 MT)**

Rubricas	2011
DESPESA TOTAL	**130.892**
Despesa corrente	**115.423**
- Despesas com pessoal	101.961
- Bens e serviços	13.385
- Outros gastos materiais	77
Despesa de Investimento	15.469
- Fundo de desenvolvimento distrital	7.393
- Fundo de investimentos em infraestruturas	2.500
- Fundos sectoriais descentralizados	5.576

Fonte: Relatórios da SD/GA e Serviços, e Conta Geral do Estado, 2011.

No âmbito do Fundo Distrital de Desenvolvimento, investimento de iniciativa local (*vulgo 7 milhões*), o Governo Distrital tem aprovado e/ou implementado projectos locais de desenvolvimento, cuja evolução é apresentada na tabela seguinte, consoante a principal finalidade.

Quadro 29. **Projectos de iniciativa local financiados**

Finalidade dos Projectos	No de Projectos Financiados			Número de Beneficiários			Desembolsos (em '000 MT)			Taxa de Reembolso (em %)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Produção de comida	s.i.	s.i.	19	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Geração de Emprego e Rendimento	s.i.	s.i.	60	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Total	**72**	**30**	**79**	**684**	**378**	**483**	**7.187**	**7.097**	**7.393**	**0.5**	**1.6**	**2.6**

Fonte: Secretaria Distrital

Por outro lado, o número de postos de trabalho criados por estes projectos é de 1545.

estruturas de lazer e gimnodesportivas; (g) utilização de latrinas públicas; (h) transportes urbanos; (i) construção e manutenção de ruas privadas; (j) limpeza e manutenção de vias privadas; (k) utilização de tanques carracicidas; (l) registos determinados por lei.

Em 2010 e 2011, no âmbito da aplicação dos fundos de manutenção de rotina e dos fundos direccionados ao sector agrário, foram concluídas as seguintes obras de construção e manutenção de estradas.

Tipo de obra	Local	Empreiteiro	Valor do contrato (MT)	Exec. Física	Exec. Finan-ceira
Reabilitação do edifício do Gabinete do Senhor Administrador do Distrito	Chitima	LEZAQ – Construções	1,434,256.18	99%	100%
Construção da casa do Chefe da Localidade de Chitima	Caho	Armindo A. Bernardo	718,795.15	65%	65%
Construção da casa do chefe da Localidade de Songo	Maroeira	Semente Construções	701,047.91	50%	50%
Reabilitação da residência do Chefe do Posto Administrativo de Chintholo	Chintholo	LEZAQ – Construções	790,724.61	100%	100%
Continuação da conclusão das Secretarias das Localidades de Nhabando, Chicoa Nova e Dzunsa	Nhabando e Thaca	Coneasse L. Semba	740,000.00	100%	100%
Reabilitação do edifício para arquivo do Distrito	Chitima	José C. Pereira	118,033.65	100%	100%
Manutenção da residência do Médico do Centro de Saúde de Chitima	Chitima	José C. Pereira	175,344.75	100%	100%
Construção de um alpendre para as oficinas do Governo Distrital	Chitima	Artesão local	169,053.15	80%	100%
Construção de 50 placas verticais de sinalização dos povoados	Todos povoados	Artesão local	49,200.00	15%	100%
Construção da tribuna, palco e praça com envolvimento comunidade	Chitima	Artesão local	199,151.20	30%	100%
Construção do muro de vedação na residência oficial do Administrador, reabilitação da casa do Chefe do gabinete do Administrador, Manutenção da Secretaria do Posto Administrativo de Songo e Construção de um pequeno armazém na residência oficial	Chitima e Songo	LEZAQ – Construções e Armindo A. Bernardo	480.703,40	65%	100%
Total			5,576.310,00		

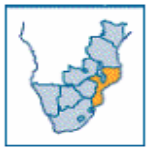
Fonte: Secretaria Distrital

4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública

Registo Civil

Durante 2011, houve um decréscimo do número de actos praticados, particularmente no registo de nascimentos. Este decréscimo deveu-se ao fraco afluxo de utentes.

A Conservatória contou com a ajuda dos seus parceiros de cooperação, designadamente Visão Mundial, HelpAge e UNICEF que financiaram as campanhas de registo de crianças e idosos.



A campanha de registo de nascimentos, com o apoio da UNICEF teve o seu início no mês de Junho de 2011. Para o efeito, o Governo do Distrito de Cahora Bassa contratou e formou 3 brigadistas pagos com os fundos alocados pela UNICEF.

Notariado

Em 2011, esta conservatória formou 25 técnicos das secretarias de algumas escolas do distrito em matéria de reconhecimento de assinaturas e conferência de fotocópias, nas respectivas escolas. Esta medida, visa, essencialmente, aproximar a justiça ao cidadão.

Esta iniciativa fez com que as escolas efectuassem 2.890 reconhecimentos de assinaturas e 2.741 conferências de fotocópias, facto que contribuiu para a redução do número de actos realizados no balcão notarial.

Tribunais Comunitários

Os tribunais comunitários são importantes na resolução de conflitos que surgem no seio das comunidades. No distrito existem 33 tribunais comunitários em funcionamento. No ano 2011 aumentou o número de conflitos em relação ao ano 2010. Os casos mais frequentes são: abandono do lar, adultério, injúria e abuso de confiança.

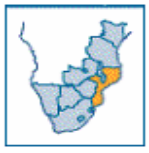
Segurança e Tranquilidade Pública

Ao longo de 2011, foram registados e controlados 45 casos de delito comum contra 78 registados em 2010.

Neste período, foram registados 7 casos graves contra 13 no ano transacto. Destes, destacam-se os seguintes: suicídios, enforcamentos, homicídios por consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas, fome e ataques homem/fauna bravia.

Para estancar a onda de criminalidade a PRM levou a cabo as seguintes acções:

1. Reuniões de ligação policia-comunidade.
2. Criação de 6 fóruns de segurança comunitários com um universo de 680 homens.
3. Educação nos povoados, localidades, vilas e nas rodovias.
4. Encontros periódicos da comissão da legalidade.
5. Estudos de documentos de educação patriótica para manter o clima de tranquilidade e segurança públicas.



6. Patrulhamento ao longo de albufeira de Cahora Bassa, vilas e povoados.

7. Reuniões com os criadores de gado bovino e líderes comunitários.

8. Intensificação da segurança comunitária.

Controlo da Legalidade

Foi realizada pela Procuradoria Distrital uma palestra para os membros da corporação Policial na Sede do Distrito.

Foram recebidas 120 pessoas em audiências e foram apresentados problemas predominantemente relacionados com a jurisdição de menores, normalmente devido à falta de prestação alimentícia por parte dos pais.

Quanto à situação prisional, durante as visitas de trabalho constatou-se que a Cadeia Distrital de Cahora Bassa tem capacidade para 25 pessoas, albergando actualmente 61 pessoas.

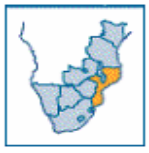
O estabelecimento prisional dispõe de um mini-centro de saúde, sendo os casos graves imediatamente evacuados para o Hospital Rural do Songo. Constatou-se, também, que 7 condenados beneficiam de liberdade condicional e a população prisional recebe 2 refeições por dia.

As principais causas para o cometimento de crimes são: desemprego, falta de escolaridade, embriaguez, vida fácil, feitiçaria, ciúmes, entre outras. Os crimes mais frequentes são: contra a propriedade (furto simples, furto qualificado e roubos) e contra pessoas (ofensas corporais e violações).

4.5 Constrangimentos e Perspectivas

No geral, de acordo com o Governo Distrital, são os seguintes os ***principais constrangimentos*** observados durante a governação dos últimos anos:

- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infraestruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Seca cíclica, provocando a situação de insegurança alimentar;
- Insuficiência de água potável;
- Conflito Homem/fauna bravia;



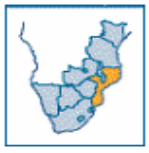
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

No geral, de acordo com o Governo Distrital, as principais perspectivas são:

- Construção da Vila do Milénio em Chitima;
- Abertura de 25 furos de água e reabilitação de 15 bombas de água;
- Melhoramento do sistema de abastecimento de água em Chitima;
- Promoção de mais campanhas de sensibilização às comunidades para que estas adiram aos programas de AEA e expansão de centros de alfabetização nestes locais;
- Construção de casas para funcionários;
- Capacitação dos mutuários e candidatos do FDD, em matéria de gestão de pequenos projectos;
- Ordenamento e requalificação da Sede do Distrito em Chitima;
- Manutenção de rotina das estradas Chitima-Chintholo, Macacate-Mulinje, Chitima-Cabveue, Chitima-Cangudze e Mulinje-Chitholo;
- Reabilitação do centro de saúde de Chitima, e
- Aquisição de bancos para doentes em todas as unidades sanitárias.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infraestruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.



5 Actividade Económica

5.1 População economicamente activa

De um total em 2012 estimado de 109 mil habitantes, 59 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos).

Quadro 30. **População segundo a condição de actividade[20]**

	Total	Homens	Mulheres
Total	**58,826**	**29,038**	**29,787**
Trabalhou	53.3%	61.8%	45.0%
Não trabalhou, mas tem emprego	2.6%	2.7%	2.5%
Ajudou familiares	2.7%	3.4%	2.1%
Procurava novo emprego	0.2%	0.3%	0.0%
Procurava emprego pela 1ª vez	0.5%	1.0%	0.1%
População economicamente activa [21]	59.4%	69.3%	49.8%
Doméstico(a)	22.6%	9.2%	35.7%
Somente estudante	11.8%	14.1%	9.4%
Reformado(a)	0.5%	0.8%	0.2%
Incapacitado(a)	1.1%	1.1%	1.2%
Outra	4.6%	5.5%	3.7%
População não activa	40.6%	30.7%	50.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

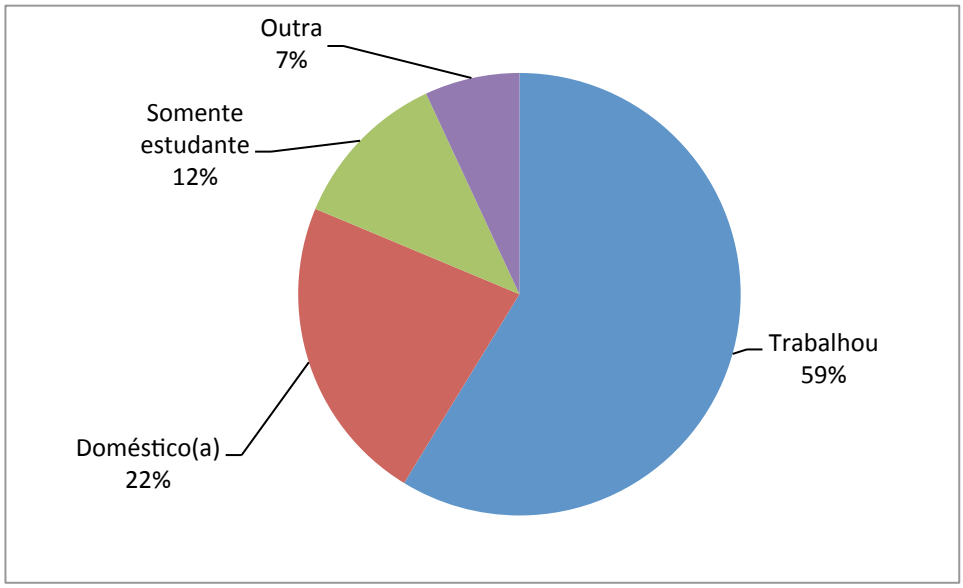
Verifica-se que 60% da população de 15 anos ou mais (35 mil pessoas) constituem a população economicamente activa (PEA) do distrito. O nível da participação masculina na PEA é superior à feminina: 69% contra 50%.

A população não economicamente activa (41%) é constituída principalmente por mulheres domésticas e estudantes a tempo inteiro.

[20]Referido a situação na semana anterior a realização do Censo 2007.

[21]Segundo recomendações internacionais, a PEA é a população que participa na actividade económica com 15 anos de idade e mais. A PEA compreende, pois, as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. A análise da PEA que é apresentada nesta secção seguiu esta recomendação.

Figura 11. **População com 15 anos ou mais, segundo a actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição da população economicamente activa indica que 64% são camponeses por conta própria, na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é de 19% da população activa e é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam 7% da população activa feminina e 28% no caso dos homens).

Quadro 31. **População activa[22], ocupação e ramo de actividade, 2007**

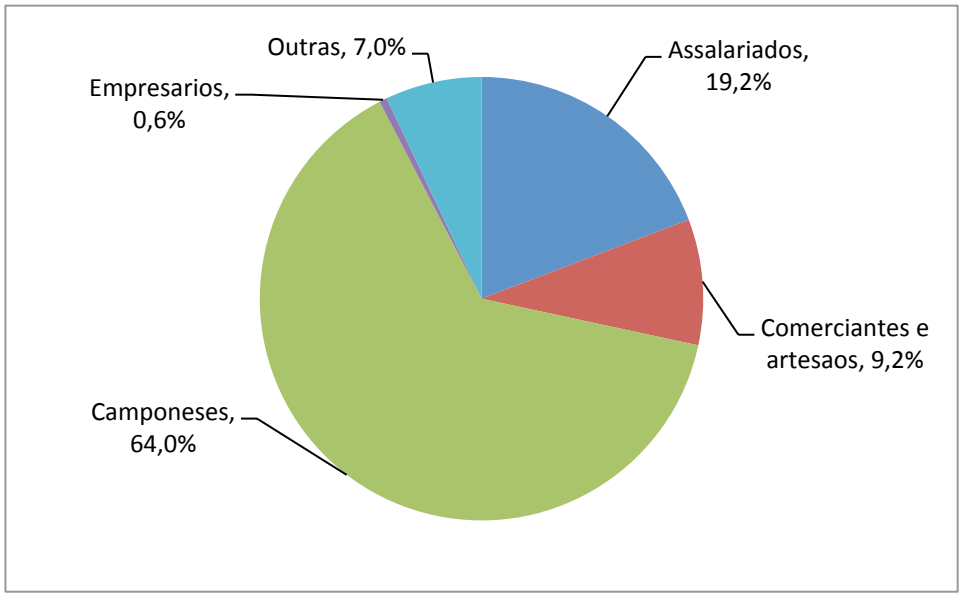
RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes & Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e Desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	**100.0%**	**19.2%**	**4.0%**	**3.7%**	**11.5%**	**9.2%**	**64.0%**	**0.6%**	**7.0%**
- Homens	100.0%	28.0%	4.5%	5.4%	18.2%	9.4%	50.6%	0.7%	11.3%
- Mulheres	100.0%	7.3%	3.4%	1.3%	2.6%	8.9%	82.2%	0.3%	1.3%
Agricultura, silvicultura e pesca	**100.0%**	**4.3%**	**0.1%**	**0.2%**	**4.1%**	**0.1%**	**88.8%**	**0.2%**	**6.6%**
Indústria, energia e construção	**100.0%**	**90.1%**	**4.0%**	**3.0%**	**83.2%**	**0.0%**	**0.1%**	**0.7%**	**9.0%**
Comércio, Transportes Serviços	**100.0%**	**42.6%**	**18.5%**	**17.0%**	**7.1%**	**46.7%**	**0.8%**	**1.9%**	**8.0%**

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[22]Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Figura 12. **População activa, segundo a ocupação principal**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição segundo o ramo de actividade reflecte que a actividade dominante no distrito é agrária, que ocupa 72% da população activa do distrito. O comércio e outros serviços tem tido uma importância crescente, ocupando já 19% da população activa do distrito.

Quadro 32. **População activa[23], ocupação e ramo de actividade, 2007**

RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes	Trabalhadores	Empresário	Outras e
		Total	Técnicos	Operários	Serviços	e Artesãos	Camponeses	Patrão	Desconhecido
Total	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**
- Homens	57.4%	83.8%	64.0%	84.5%	90.5%	58.8%	45.3%	74.7%	91.9%
- Mulheres	42.6%	16.2%	36.0%	15.5%	9.5%	41.2%	54.7%	25.3%	8.1%
Agricultura, silvicultura e pesca	71.9%	16.2%	1.4%	3.2%	25.5%	0.8%	99.7%	22.0%	66.9%
Indústria, energia e construção	8.7%	40.7%	8.6%	7.0%	62.6%	0.0%	0.0%	10.7%	11.1%
Comércio, Transportes Serviços	19.4%	43.1%	90.0%	89.8%	11.9%	99.2%	0.2%	67.3%	22.0%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

[23]Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

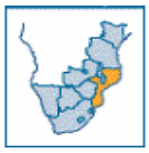
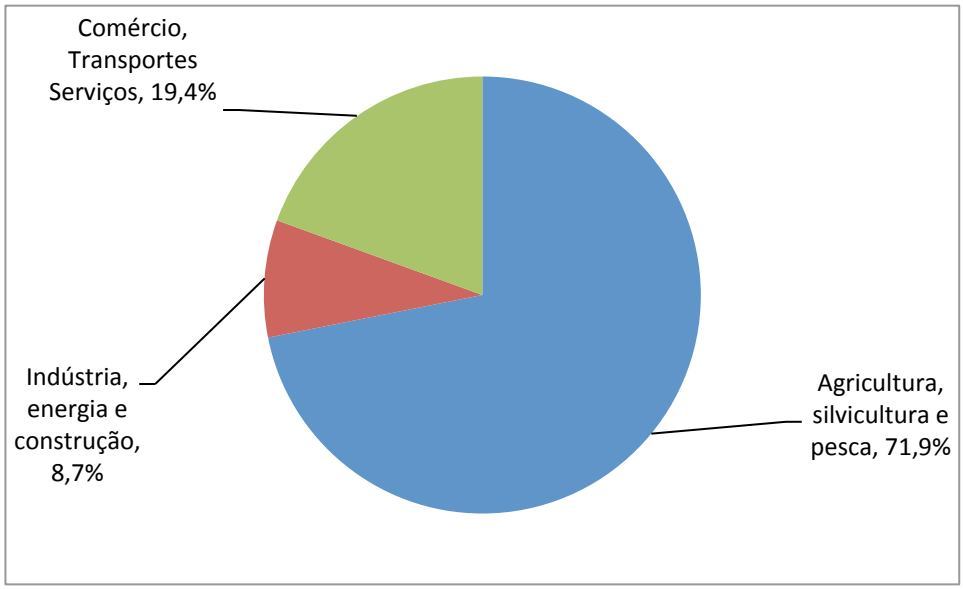


Figura 13. **População activa, segundo o ramo de actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

5.2 Pobreza e Segurança Alimentar

Este distrito apresenta uma forte redução no Índice de Incidência da Pobreza[24] desde um nível de 73% em 1997 para 37% no ano de 2007[25].

Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Da avaliação da campanha agrícola 2010/2011, 7.933 famílias camponesas estão numa situação de insegurança alimentar, das quais 7.700 devido à seca e 233 devido a pragas. Assim, o défice de cereais é de 3.128 toneladas.

As acções do Governo Distrital e parceiros para minimizar a situação de insegurança alimentar foram:

- Alocação de sementes de hortícolas aos camponeses para o relançamento da 2ª época.

- Sensibilização aos camponeses produtores de algodão, gergelim, criadores de gado, pescadores artesanais para priorizar a compra de cereais utilizando os seus lucros.

[24]O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount índex*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

[25]Relatório da Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Outubro de 2010(District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007Based on consumption adjusted for calorie underreporting).

- Priorizados e financiados 14 projectos com um montante de 1.736.000,00MT, através do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) para comercialização de cereais, de modo a garantir a disponibilidade destes no mercado local.

- Pelo programa "Comida pelo Trabalho", 4.800 beneficiários de 16 comunidades no Distrito receberam alimentos para um período de 6 meses, a partir de Setembro de 2010.

As actividades priorizadas nesse programa foram: construção de 3 represas, 12 celeiros tipo gorongosa, 3 viveiros florestais comunitários, 4 poços de água revestidos, 4 campos de multiplicação do material vegetativo e a manutenção de vias terciárias.

Hábitos Alimentares

A dieta alimentar da população baseia-se no consumo da farinha de milho e mapira acompanhada de verduras diversas, tais como, folhas de feijão-nhemba, abóbora e quiabo e, em menor escala, de carne de vaca e de cabrito. Um aspecto interessante é que, apesar de o distrito possuir um grande efectivo de gado, este não faz parte da dieta alimentar da população, sendo a sua carne principalmente destinada à comercialização e apenas consumida em ocasiões festivas.

Estratégias de Sobrevivência

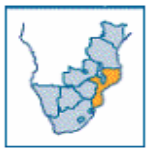
As famílias economicamente pobres, quando a própria produção se esgota reduzem o número de refeições, fazendo ganho-ganho, que consiste em trabalho em troca de comida, e recorrem à venda de animais (gado) ou de plantas e frutas silvestres. As famílias médias também reduzem o número de refeições, fazendo trabalho em troca de comida e vendendo bens.

Divisão de Trabalho

A divisão do trabalho é feita consoante o sexo e a idade. Os homens fazem a abertura das machambas, construção de casas, caça e outras actividades.

Ambos, mulher e homem, trabalham na machamba preparando a terra, fazendo a sementeira, sachamento, colheita e, por último, o transporte.

Em casa, a mulher é também responsável por todas as actividades domésticas, tais como, cuidar da família, limpeza, cozinha (incluindo pilar que é a actividade mais exigente), para além de buscar água e lenha; o homem é, por sua vez, também financeiramente "responsável" pela família. Os meses de Dezembro a Fevereiro são os mais trabalhosos para as mulheres.



No que diz respeito às despesas, as mulheres são quem respondem pelas despesas alimentares, enquanto que os homens respondem pelas despesas não alimentares, incluindo a compra de bens móveis e de produção; ambos controlam as despesas sociais (escola, hospital, cerimónias).

Quando solteiras, viúvas ou divorciadas as mulheres podem ter machambas próprias, mas a terra pertence à família; quando casada, os bens da família pertencem a ambos.

5.3 Infra-estruturas de base

Rede Rodoviária e Transporte

O Distrito possui uma rede rodoviária com uma extensão total de 231 Km de estradas classificadas e que representa 4,8% do total da rede classificada da Província.

As principais estradas que o distrito possui são:

- EN 301, que liga a Vila de Songo à povoação de Chirodzi Ponte, numa extensão de 52 km em asfalto.
- ER 574, que liga a Vila de Songo ao Posto Administrativo de Chitima, numa extensão de 20 km com asfalto degradado;
- ER 404, que faz ligação da localidade de Nhacapiriri com o povoado de Emboque numa extensão de 25 km, sendo estes em terra batida;
- ER 601, que parte do cruzamento com a estrada 301 a Macacate num percurso de 91 km em terra batida;
- A estrada 1056 Chitima-Chintolo tem um percurso de 75 km e o pavimento é de terra natural;
- Estrada terciária Cangudze-Calangachi com uma extensão de 26 km, sendo de terra natural;
- Estrada terciária que parte de Maroeira até Nhandoa com 18 km de terra natural.

Transporte rodoviário e fluvial

O Transporte de pessoas e bens é feito através do transporte rodoviário e fluvial. Para o efeito, existem no Distrito 30 transportadores rodoviários ou terrestres licenciados, sendo 27 de passageiros e 3 de carga. O transporte terrestre, garante as ligações regulares entre Songo/Cidade de Tete, Songo/Chitima, Chitima/Cidade de Tete, Chitima/Distrito de Mágoe, Chitima/ Emboque.

O transporte fluvial é realizado pela associação KUZA, garantindo, desta feita, a ligação interdistrital com Mágoe, Marávia e Zumbo, através do maior lago artificial do nosso país, albufeira de Cahora-Bassa.

Aeródromos

O distrito possui dois aeródromos, um localizado na Vila de Songo sob gestão da empresa de Aeroportos de Moçambique e o outro na Sede do Posto Administrativo de Chitima, sob gestão do Governo local, totalmente pavimentados.

Telecomunicações

Na tocante às telecomunicações, o distrito beneficia da rede fixa das TDM e das operadoras de rede móvel nos Postos Administrativos de Songo e Chitima. As comunicações são também feitas via rádios transmissores das instituições do Estado, Partido Frelimo e empresas privadas.

Rádio e Televisão

O distrito tem acesso à captação da emissão da Rádio Moçambique e ao sinal da Televisão de Moçambique (TVM), RTP e Canal França (TV5), estas duas últimas apenas na Vila de Songo.

Correios e Serviços Postais

O distrito possui Serviço Postais e de Correios na Sede do Distrito.

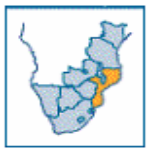
Abastecimento de Água

A rede de abastecimento de água no distrito é constituída por 121 fontes, sendo na sua maioria, poços e furos. No Distrito funcionam dois Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA), na vila do Songo e Sede do Posto Administrativo de Chitima.

É de salientar a existência de 40 poços tradicionais instalados nos domicílios, a nível das Localidades.

As zonas mais críticas no distrito em termos de acesso à água são os povoados de Tsatsabango, Calonda e Mereque no posto administrativo de Chintholo. Todavia, esta situação tem vindo a melhorar com o aumento do número de fontes de água, segundo as autoridades administrativas locais.

Como forma de aumentar a cobertura de abastecimento de água, em 2011 foram construídas 12 fontes de água, sendo 7 no Posto Administrativo de



Chitima, 2 no Posto administrativo de Songo e 3 em Chintholo, contra 4 furos no mesmo período do ano transacto.

Energia

Sobre o rio Zambeze encontra-se erguida a barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa com uma potência total de 2.075 MW, com cerca de 164 metros de altura e composta por 5 grupos geradores. Esta barragem constitui um dos maiores empreendimentos económicos de Moçambique e da África Austral e está a funcionar desde o ano de 1975.

Com a sua construção, surgiu o grande lago artificial, a Albufeira de Cahora Bassa, com um comprimento de 270 km e 30 km de largura máxima. Actualmente, a hidroeléctrica fornece energia eléctrica às habitações, estabelecimentos comerciais e instituições sociais (centros de saúde, escola e industria hoteleira informal) da vila do Songo, do bairro suburbano da Maroeira e na Sede do Posto Administrativo de Chitima. A rede de energia encontra-se em expansão para o povoado de Dithi e Cahó, dos Postos Administrativos de Songo e Chitima, respectivamente.

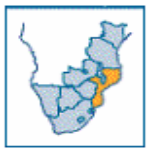
Apesar de a economia e infraestrutura do distrito ser dominada pela barragem de Cahora Bassa, de acordo com os dados do Censo de 2007, só cerca de 9% da população beneficia de energia eléctrica.

Em 2011 expandiu-se a ligação domiciliária aos povoados de Massecha, Chinhanda, Nhacapiriri, Imboque, Matungulu, Macacate, Nhabando, na Vila de Chitima, e bairros da Unidade, Catondo e Julius Nyerere na Vila de Songo. O nível de cobertura da rede eléctrica nacional nesta Vila situa-se em cerca de 62%.

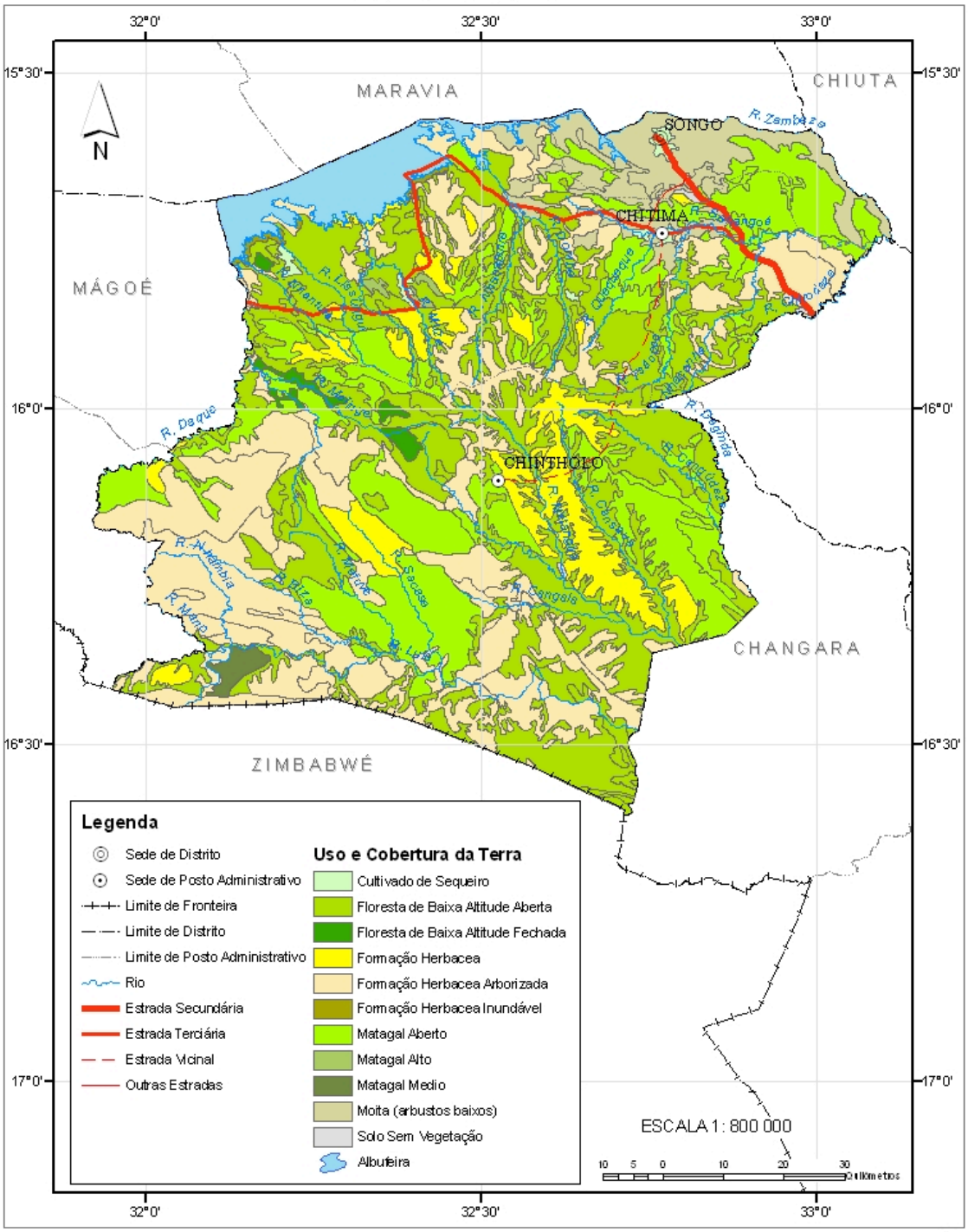
Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

5.4 Uso e Cobertura da Terra

Dos 888 mil hectares da superfície do distrito, estima-se em 400 mil hectares o potencial de terra arável deste distrito. Não foram referidos conflitos significativos pela posse de terra nem outros conflitos relacionados com pastagens e água.

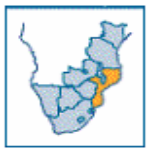


MOÇAMBIQUE
Distrito de Chora Bassa
Mapa de Uso e Cobertura da Terra



Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada -CENACARTA-1999
Aldeia-INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com



Quadro 33. **Uso e Cobertura da Terra**

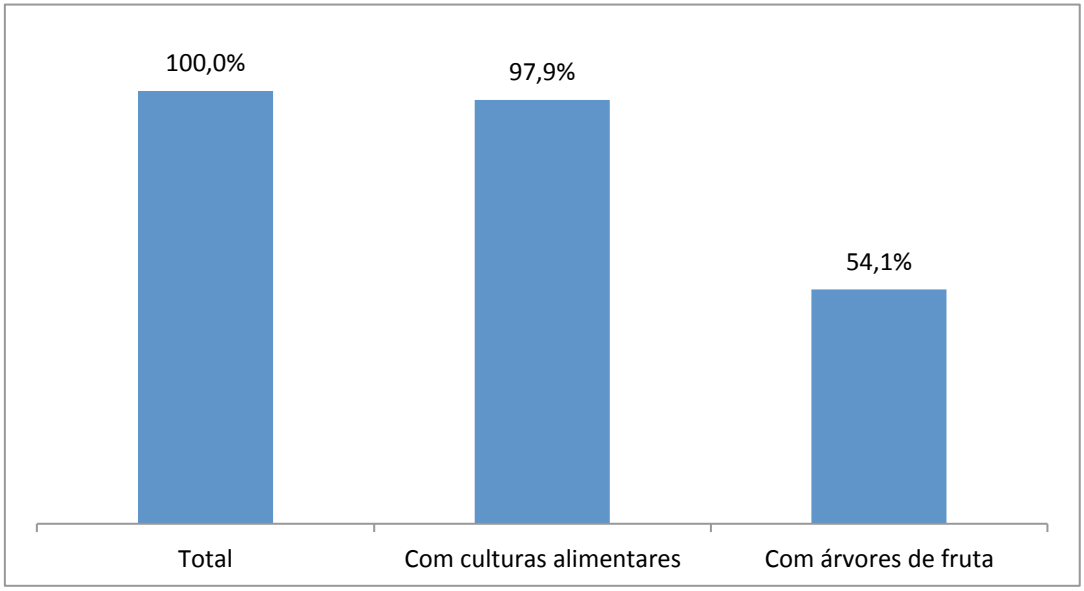
Classe	Área (ha)	(%)
Cultivado Sequeiro	11316.61	1.27
Área Habitacional Não Urbanizada	218.87	0.02
Solo Sem Vegetação	22195.85	2.5
Formação Herbácea Inundável	1987.94	0.22
Formação Herbácea	42623.95	4.8
Moita (arbustos baixos)	42854.02	4.83
Matagal Médio	13665.11	1.54
Matagal Alto	1806.84	0.2
Matagal Aberto	209139.24	23.56
Formação Herbácea Arborizada	222497.8	25.06
Floresta de Baixa Altitude Aberta	278693.41	31.39
Floresta de Baixa Altitude Fechada	6298.23	0.71
Albufeira	34502.61	3.89
TOTAL	887805.62	100.00

Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção (CENACARTA).

A restante informação desta secção[26] foi extraída dos resultados do Censo Agropecuário realizado pelo INE em 2009/10 e tem por objectivo descrever os traços gerais que caracterizam a base agrícola do distrito.

O distrito possui cerca de 18 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.1 hectares, sendo cerca de 98% ocupadas com a exploração de culturas alimentares.

Figura 14. **Explorações segundo a sua utilização**

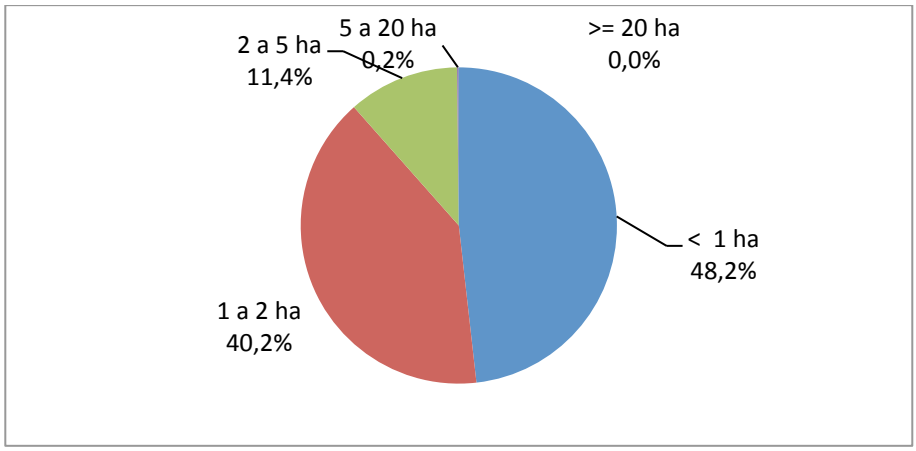


Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

[26]Apesar das reservas a colocar na representatividade dos dados ao nível distrital, a sua análise permite observar tendências e os principais aspectos estruturais.

Com um grau de exploração familiar dominante, 88% das explorações do distrito têm menos de 2 hectares.

Figura 15. **Explorações por classes de área cultivada**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável o homem da família, apesar de na maioria dos casos ser explorada por mulheres a trabalharem sozinhas ou com a ajuda das crianças da família. A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares.

5.5 Sector Agrário

5.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção dominante compreende mapira/mexoeira. O milho é produzido em consociação com feijão nhemba em solos com boas capacidades de retenção de humidade e em microclimas específicos. Observa-se ainda o domínio de criação do gado caprino bovino e aves.

Na campanha agrícola 2010/2011, foram registadas chuvas desde a primeira semana do mês de Novembro de 2010. A quantidade de chuva foi satisfatória para as necessidades hídricas das culturas. No mês de Fevereiro 2011 ocorreu a estiagem que prejudicou muitas culturas que se encontravam em fase de floração e outras de maturação, em particular a cultura de milho e mapira de ciclo longo.

Nesta campanha agrícola foram envolvidas 12.740 famílias camponesas na prática de diversas culturas. Foram semeados 29.396 hectares de uma área planificada de 31.576 hectares, tendo-se perdido um total de 7.175 hectares, correspondente a cerca de 18% do plano. Esta perda ficou a dever-se à estiagem, destruição das culturas pelos Elefantes e Hipopótamos, num total de 86 machambas pertencentes a 104 produtores. Durante o período foi colhida uma produção total de 14.152 toneladas.

5.5.2 Pecuária

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infraestruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

5.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

As zonas de exploração florestal são Nhacapiriri, Nhandoa e Chintholo, cuja produção de lenha, carvão e madeira é feita em pequena escala, destinando-se ao consumo interno. A espécie predominante para madeira é a Chanfuta. A lenha e o carvão vegetal são os combustíveis mais utilizados para a confecção de alimentos. O Mopane e a Chanfuta são as principais fontes locais de energia e de madeira de construção.

Os frutos das maçaniqueiras, imbondeiros, papaeiras, bananeiras e ateiras são consumidos frescos e comercializados localmente. Para além de consumidos frescos, as maçanicas e os mbondes são processados para o fabrico de bebidas alcoólicas.

A falta de sementes ou varas, a falta ou insuficiente qualidade da terra, as queimadas, a profundidade dos solos, a seca, as pragas, a exploração desenfreada de lenha (para

combustível, carvão e estacas) e a falta de hábitos são as questões que impedem um maior aproveitamento desta potencialidade.

A caça constitui um suplemento dietético para as famílias. Os animais mais caçados são os ratos, coelhos, galinhas do mato, gazelas e cudos. A fauna bravia é importante em termos de caça comercial. Os animais selvagens mais importantes são os elefantes, búfalos, cudos e antílopes.

A actividade pesqueira é praticada ao longo da albufeira em moldes desportivos para os detentores de embarcações ou instrumentos adequados para o efeito. Parte da população extrai o pescado para consumo ou para venda aos residentes da Vila, com vista a adquirir outros produtos de primeira necessidade. Esta actividade não é economicamente rentável.

5.6 Indústria, Comércio e Serviços

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa é a principal unidade industrial na Vila do Songo. Paralelamente a esta, existem alguns sectores industriais dependentes ou anexos à HCB, cujo objectivo é de permitir maior operacionalidade do complexo electroprodutor. Referem-se, neste caso, as oficinas de reparação de máquinas e viaturas, o estaleiro de construção, os serviços de carpintaria e serralharia, os serviços de abastecimento de água e drenagem.

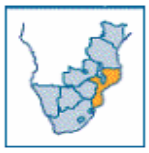
A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Na Vila de Songo funcionam estabelecimentos comerciais que disponibilizam artigos de consumo, limpeza, vestuário, entre outros. O comércio informal representa uma alternativa de sobrevivência dos jovens, face à falta de emprego de que a vila e o distrito se ressentem e a falta de um maior número de estabelecimentos comerciais para fornecer uma maior variedade de produtos à população. O comércio informal traduz-se basicamente na rotina de compra e venda de produtos e bens manufacturados industriais e de origem agrícola.

A albufeira de Cahora Bassa oferece grandes potencialidades turísticas pela sua extensão e recorte paisagístico das margens, pesca desportiva, etc.

A actividade pesqueira é praticada ao longo desta albufeira em moldes desportivos para os detentores de embarcações ou instrumentos adequados para o efeito, sendo que a construção de restaurantes, motéis e outras infraestruturas para o turismo iria contribuir para impulsionar a actividade ecoturística da região.

Na Vila de Songo funcionam agências bancárias como fonte de crédito formal.



6 Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local

Este capítulo tem como base as conclusões do PEDD - Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.

6.1 Visão

"Redução significativa dos níveis da pobreza absoluta e melhorado o acesso aos serviços básicos das populações do Distrito de Cahora Bassa para 60 %".

6.2 Problemas e Oportunidades

Problemas	Potencialidades
• Consumo de água imprópria • Fecalismo a céu aberto • Queimadas descontroladas • Ocupação desordenada • Erosão nas margens dos rios, riachos e nas encostas das montanhas • Existência de doenças como malária, diarreias agudas, DTS/HIV/SIDA e doenças associadas • Mão-de-obra não qualificada • Destruição de cultura em campo • Caça furtiva • Degradação de vias de acessos • Deflorestação • Seca e desertificação • Degradação dos locais históricos • Baixa assistência veterinária • Perda de produtos pós colheita • Baixa disponibilidade de insumos agrário • Acesso limitado a infraestruturas Administrativas • Existência de grupos populacionais vulneráveis	• Lençol freático a nível desejado • Material de construção disponível • Rio Zambeze com curso de água permanente • Albufeira de Cahora-Bassa • Hidroelétrica de Cahora-Bassa • Ocorrência de espécies florestais: Chanato, monzo chanfuta, pau-preto • Ocorrência de espécies faunísticos: elefante, hipopótamo, cudo, crocodilo, cabrito cinzento, impalas • Maior efectivo pecuário: bovino, caprino, suíno, asinino e aves • Força de trabalho • Solos férteis: Postos Administrativos de Chintholo e Chitima • Minas de ouro

6.3 Estratégia de desenvolvimento

O Desenvolvimento Económico, caracterizado pelo aumento dos níveis actuais de produção agropecuária, rendimento e acesso às famílias ao emprego, constitui o catalisador de todo o processo de desenvolvimento. A prática da agropecuária mecanizada constitui factor determinante para dinamização da indústria e comércio local. O acesso ao crédito pelos principais actores constitui um dos principais suportes ao incremento do desenvolvimento económico do distrito.

Objectivo De Desenvolvimento:

Melhorar o acesso aos serviços básicos às comunidades.

Objectivos Específicos:

1. Aumentar a produção, a produtividade e a competitividade de 40% para 60%.
2. Aumentar a taxa de cobertura de abastecimento de água potável de 60% para 85%.
3. Alargar o acesso ao ensino de qualidade e profissionalizante de 40% para 60%.
4. Alargar o acesso aos cuidados de saúde em 60%.
5. Melhorar os serviços de Administração Pública em 70%.
6. Melhorar a mobilidade de pessoas e bens em 40%.
7. Reduzir os índices de infecção de HIV/SIDA de 16,8% para 13%
8. Melhorar a arrecadação de receitas na ordem de 50%.
9. Garantir a gestão ambiental sustentável em 60%.

Referências documentais

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2010, *Governo Distrital.*

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2011, *Governo Distrital.*

- CENACARTA - http://www.cenacarta.com

- Conta Geral do Estado 2011 e 2010 – *Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento.*

- District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 - Based on consumption adjusted for calorie underreporting - *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.*

- Estrutura Tipo do Governo Distrital - Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril.

- Fichas estatísticas para o perfil distrital – *Serviços Distritais*

- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agropecuário, 2009-2010.*

- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 2007.*

- Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.

- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares.*

- Ministério da Saúde, *Estatísticas da Saúde.*

- Perfil Distrital de 2005, *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local.*

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital, *Governo Distrital* (Plano para cinco anos)

- Regulamento da Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2010, *Governo Distrital.*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *Governo Distrital.*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDAE*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDPI*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDSMAS*

- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDEJT*

- Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional *(Outubro de 2010), Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.*

- Revista de Marketing Territorial – *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural.*

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.

Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direcção Nacional de Administração Local

Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em http://www.portaldogoverno.gov.mz